

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

Mauren Bastos de Araújo

**O TRABALHO E A QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS CIVIS DE SANTA
MARIA-RS**

Santa Maria, RS, 2018

Mauren Bastos de Araújo

O TRABALHO E A QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS CIVIS DE SANTA
MARIA-RS

Monografia apresentada ao Curso de Terapia
Ocupacional, da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obter o Grau de Bacharel em
Terapia Ocupacional

Orientadora: Prof^a Dr^a. Ana Luiza Ferrer

Santa Maria, RS, Brasil.

2018

Mauren Bastos de Araújo

O TRABALHO E A QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS CIVIS DE SANTA
MARIA-RS

Monografia apresentada ao Curso de Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obter o Grau de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Aprovado em 11 de julho de 2018:

_____ Ana Luiza Ferrer (Orientadora)

_____ (UFSM) (banca examinadora)

Santa Maria, RS 2018

RESUMO

O TRABALHO E A QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS CIVIS DE SANTA MARIA-RS

AUTORA: Mauren Bastos de Araújo

ORIENTADORA: Ana Luiza Ferrer

Introdução: O presente estudo tem a finalidade de refletir e analisar as práticas de trabalho dos policiais civis de Santa Maria-RS. Tratam-se de trabalhadores que diariamente vivenciam situações de problemas humanos conflituosos e que exige uma ação profissional equilibrada. A tensão desse cotidiano muitas vezes distancia o policial de uma vida saudável, podendo em última análise refletir no serviço prestado à população. **Objetivo:** Analisar a relação entre qualidade de vida e os desgastes físicos e psíquicos gerados pelo trabalho dos policiais civis. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se utiliza do referencial hermenêutico de Gadamer como base para interpretação do conteúdo de informações coletadas através da técnica de grupo focal. O material coletado em campo foi dialogado com a produção literária sobre o tema do estudo, buscando-se pontos em comum e também divergências, produzindo material que subsidia futuras propostas de ação, tanto a nível organizacional quanto em saúde. **Resultados e Discussões:** Várias questões referentes aos desgastes gerados em função do trabalho foram levantadas, bem como formas plausíveis de soluções: A manutenção de um canal de diálogo permanente entre os agentes e seus superiores hierárquicos para resolver problemas referentes a estrutura do local de trabalho bem como para a obtenção de equipamentos de uso e proteção adequados e a criação de grupo(s) terapêutico(s) para canalizar positivamente o estresse referente a situações inerentes ao trabalho policial, entre outras. **Conclusão:** A reflexão realizada mostrou-se relevante para o reconhecimento do processo de trabalho desses profissionais e a repercussão em suas qualidades de vidas.

Palavras Chave: Qualidade de vida. Policiais civis. Trabalho.

ABSTRACT

**WORK AND QUALITY OF LIFE OF THE POLICE OFFICERS FROM
SANTA MARIA –RS**

AUTHOR: MAUREN BASTOS DE ARAÚJO

ADVISOR: ANA LUIZA FERRER

Introduction: The present study proposes to reflect and analyze the practices of police officers from Santa Maria-RS. In the daily professional routine, these workers experience conflicting human problems that require balanced professional attitude. Day-to-day tension often makes the police officer distance himself from a healthy life, and it can ultimately reflect on the quality of service provided to the population. **Objective:** To analyze the relationship between quality of life and physical and psychological exhaustion generated by the police officer work. **Methodology:** a qualitative research based on the hermeneutics of Gadamer is applied to interpret the content of information collected through a focal group technique. The collected material from the field was dialogued with the specialized literature on the subject, seeking common points and also divergences, producing material to support future proposals of action, both at organizational and health levels. **Results and Discussion:** Several issues regarding work-related injuries were raised, as well as plausible forms of solutions: The maintenance of a permanent channel of dialogue between agents and their hierarchical superiors to solve problems regarding workplace structure, as well as to obtain adequate work and protection equipment and creation of therapeutic group(s) to positively channel the stress related to situations inherent to police work, among others. The reflection performed was relevant for the understanding of the work process of these professionals and the repercussion on their life qualities.

Keywords: Quality of life (QOL) , police officers, work.

DEDICATÓRIA

Aos ex-presidentes da República, Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff que me oportunizaram estudar em uma Universidade Pública com ensino de qualidade e com professores, em sua grande maioria, extremamente competentes. Dedico também esse trabalho à Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul e a meus colegas policiais civis que diariamente enfrentam a criminalidade com bravura e devoção.

AGRADECIMENTOS

Em especial agradeço a minha mãezinha, Maria de Lourdes Brignol Paz, que me deu a vida e incentivou meu gosto pela leitura, base de todas as minhas conquistas.

Agradeço à minha orientadora, Prof^a Dr^a Ana Luiza Ferrer, que iluminou o trajeto deste trabalho com sua sabedoria, sensatez e paciência com as minhas dificuldades e à minha amiga e colega Cristina Macedo, que me auxiliou na efetivação do grupo focal.

Agradeço ao meu amor, Olinto, que até o final me auxiliou nos recursos tecnológicos de informática e a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste processo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OMS	Organização Mundial da Saúde
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
DEFREC	Delegacia de Furtos, Roubos, Entorpecentes e Capturas
DPCA	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
DPHPP	Delegacia de Polícia de Homicídios e Proteção à Pessoa
DPPA	Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento
DPPI	Delegacia de Proteção ao Idoso
DPR	Delegacia de Polícia Regional
G.F.	Grupo Focal
PC	Polícia Civil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Qualidade de Vida.....	12
1.2	Qualidade de Vida no Trabalho.....	12
2	JUSTIFICATIVA	14
3	OBJETIVOS	18
3.1	Objetivo geral.....	18
3.2	Objetivos específicos.....	18
4	METODOLOGIA	18
4.1	Referencial teórico metodológico.....	19
4.2	Campo.....	19
4.3	Sujeitos.....	20
4.3.1	Critérios de inclusão.....	21
4.4	Coleta de informações.....	21
4.5	Aspectos éticos.....	24
4.6	Análise do Material.....	26
5	EXPLORAÇÃO DO MATERIAL COLETADO EM CAMPO	27
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
	APÊNDICE A: Roteiro de Perguntas para o Grupo Focal.....	59
	APÊNDICE B: Minha Experiência como Policial Civil.....	61
	ANEXO A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	65

ANEXO B: Termo de Confidencialidade.....	68
ANEXO C: Termos de Autorização Institucional.....	69

1. INTRODUÇÃO

O trabalho é uma atividade de grande valor na vida dos sujeitos, indo além do sustento que lhes proporciona. Esse além refere-se ao prazer em realizar uma atividade que lhes satisfaça pessoal e profissionalmente e que poderá contribuir para sua qualidade de vida.

Conforme Machado, Traesel e Merlo (2015, p.239):

O trabalho é mais do que o ato de trabalhar ou de vender sua força em busca de remuneração, constituindo, também, fator de pertinência a grupos e a certos direitos sociais. O trabalho possui, ainda, uma função psíquica, enquanto um dos grandes alicerces da constituição do sujeito e da sua rede de significados.

A natureza do trabalho policial traz no seu cotidiano o enfrentamento de situações que envolvem questões de violência, desrespeito e morte, tornando essa categoria de trabalhadores mais vulnerável ao adoecimento relacionado ao processo de trabalho.

Somam-se a essa natureza as precárias condições de equipamentos e de estrutura do local de trabalho que tornam a atividade mais desgastante a nível físico e psíquico. Desta forma o trabalho se torna mais árduo do que o esperado, podendo ocorrer fenômenos descritos por Dejours (1999, apud MINAYO e SOUZA, 2003, p. 124) como “o medo da incompetência” e a “pressão para trabalhar mal”. Este autor analisa que “muitas vezes o trabalhador não tem como saber se suas falhas se devem a sua incompetência ou às anomalias do sistema técnico.

Pensando nessa especificidade do trabalho policial - que lida diariamente com fatores estressantes - foi que direcionamos essa pesquisa para a pessoa do policial e pelas possibilidades de contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida.

Esse trabalho de conclusão de curso objetiva analisar, em conjunto com os policiais civis de Santa Maria-RS, a relação entre qualidade de vida e os desgastes físicos e psíquicos gerados pelo trabalho.

1.1. Qualidade de Vida:

Conforme Fleck et. al. (2000, p. 179), qualidade de vida foi definida pelo Grupo Qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (OMS) como "a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações".

Qualidade de vida é um termo de difícil definição pois envolve tanto aspectos objetivos que estão relacionados a satisfação das necessidades básicas, dentre elas saúde, alimentação e moradia, quanto aspectos subjetivos que dizem respeito a realização pessoal e que depende do que cada indivíduo valoriza como positivo para o seu dia a dia.

Baseadas na literatura, Massuda e Favoreto (2010) afirmam que existem dois indicadores de qualidade de vida, sendo eles objetivos e subjetivos. Os primeiros referem-se aos aspectos sociais, econômicos e ambientais, enquanto os segundos estão relacionados a percepção individual e coletiva do bem-estar dos indivíduos.

Minayo (2000, p. 2), aponta a seguinte definição para qualidade de vida:

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e a própria estética ambiental. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar.

Analisando essas definições é possível concluir que o trabalho é uma das formas de satisfação pessoal para o indivíduo, portanto um aspecto importante na sua qualidade de vida.

1.2. Qualidade de Vida no Trabalho:

A qualidade de vida no trabalho está diretamente ligada à qualidade do serviço prestado e a satisfação no ambiente de trabalho, o que tem despertado nos últimos anos o interesse de órgãos públicos e privados em adquirir conhecimento sobre esse tema. Citando Marx (1979, apud Minayo e Souza, 2003, p.17):

O trabalho enquanto atividade humana é o fundamento da produção de cultura, pois, ao realiza-lo, os seres humanos se objetivam em bens, objetos

e serviços; articulam-se com a natureza; criam uma rede de comunicação e de interação social e recriam a si próprios.

Vários fatores como estresse, má alimentação e qualidade de sono, prejuízos ergonômicos e dificuldades de relacionamentos interpessoais podem influenciar a qualidade de vida no trabalho de qualquer profissional.

Contextualizando Dejours (1992), a preocupação com a qualidade de vida no trabalho foi inicialmente voltada para a obtenção de maiores níveis de produção e não para o sujeito no equilíbrio de seus fatores biopsicossociais.

Ao propor a Organização Científica do Trabalho, Taylor (1995), pareceu eliminar a subjetividade do trabalho por meio do controle dos corpos dos trabalhadores separados de suas mentes, ficando o direito de decidir, pensar e avaliar somente aos cargos de chefia.

Dependendo da forma como o indivíduo se relaciona com o seu processo de trabalho, este pode ser um produtor social de saúde ou de adoecimento. Ainda considerando os estudos de Dejours (1992), quando o indivíduo esgota todas as formas de adaptar esse processo aos seus desejos, enquanto ser humano, sobrevém o sofrimento patogênico.

O presente estudo é direcionado ao trabalho policial civil, mais especificamente dos policiais civis de Santa Maria-RS, e tem a intenção de analisar a relação dessa atividade laboral com a qualidade de vida desses profissionais. Trata-se de verificar o *modus operandi*¹ desses trabalhadores, no âmbito de suas subjetividades em relação ao processo de trabalho, analisando o quanto isso pode afetar seu bem-estar.

O trabalho policial diário envolve situações de problemas humanos onde o conflito e a tensão estão sempre presentes e cabe ao profissional intervir nessas situações de forma equilibrada. Junto a essa problemática inerente à profissão, estão as condições de trabalho, o convívio com a morte, exposição ao sofrimento alheio e a situações perigosas.

(1) é uma expressão em latim que significa “modo de operação”, maneira de agir, operar ou executar uma atividade.

Ainda como um agravante para o aumento do nível de estresse dessa categoria profissional, temos a situação atual do Rio Grande do Sul que atrasa o pagamento dos salários há mais de dois anos, fato notório na imprensa escrita e falada, como vemos em notícia publicada no Jornal Correio do Povo de 04.11.2017.

Analisar como a experiência dessa atividade laboral afeta a qualidade de vida desses profissionais torna-se tarefa importante, uma vez que poderá levar a detectar pontos possíveis de serem trabalhados e que servirão de base para futuras intervenções, tanto na área da saúde quanto no próprio sistema organizacional da polícia, através da criação de estratégias que busquem minimizar problemas gerados pelas condições de trabalho. Intervenções essas que ofereçam a esses profissionais um suporte para lidar com suas atividades laborais da forma mais saudável possível, e com isso obtenham um bom nível de qualidade de vida.

2. JUSTIFICATIVA

Verificar como se dá a relação entre a profissão policial civil e a qualidade de vida desses profissionais é relevante para que tenhamos essa classe de trabalhadores da segurança pública em pleno uso de suas capacidades físicas e mentais, a fim de que bem desenvolvam suas funções de polícia judiciária, apurando infrações penais de civis², e oferecendo à população uma segurança de melhor qualidade.

O reconhecimento da relação profissional dos policiais com a qualidade de vida, poderá indicar pontos positivos, a serem fortalecidos e pontos negativos ou fracos que possam ser trabalhados, propiciando a produção de material que possibilite subsidiar futuras propostas de ação em saúde a favor desses profissionais.

Torna-se arriscado emitir conceitos de saúde física e mental uma vez que, além de estarem intimamente associadas, demonstram uma difícil padronização em virtude da grande complexidade de fatores envolvidos.

(1) as infrações penais praticadas por militares são apuradas pela Justiça Militar

Para Segre e Ferraz (1997, p. 539):

A definição de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) que “define saúde não apenas como ausência de doença, mas como a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social”-, eleva a saúde a um estado de perfeição que se sabe utópico, uma vez que cada indivíduo está inserido em um meio e que possui valores, crenças e situações de vida distintas que o fazem entender a saúde sob sua óptica.

Devido à complexidade que envolve a definição de saúde poderíamos, didaticamente, nos ater aos seus aspectos mais básicos, afirmando que o componente da saúde física seria um bom funcionamento fisiológico do organismo e o componente saúde mental, as habilidades emocionais, cognitivas e sociais que dependem da singularidade de cada indivíduo para lidar com o cotidiano. No entanto, cabe destacar que se trata de um organismo vivo no qual saúde física e mental estão intimamente interligadas, não sendo possível então entendê-las em separado.

Ter boa saúde é imprescindível para o bom andamento das atividades policiais que se iniciam com o serviço de plantão nas 24 horas do dia, porta de entrada da demanda policial através do boletim de ocorrência e onde também são efetuados os autos de prisão em flagrante delito. O seguimento do processo de trabalho ocorre nas Delegacias distritais e Especializadas que fazem a investigação dos fatos e a confecção do Inquérito Policial, principal procedimento investigativo. Para compor esse procedimento são efetuados Mandados de Intimação, Mandados de Busca e Apreensão, Mandados de Prisão, oitiva dos envolvidos, juntadas provas e perícias criminais, além de diversas outras diligências investigativas que culminam no fechamento do Inquérito Policial que objetiva o esclarecimento do fato e autoria do delito, ponto culminante do trabalho da polícia civil.

A execução de todas essas atividades exige uma boa condição física, principalmente nos cumprimentos de Mandados e diligências que envolvam campanas, prisões e perseguições de suspeitos. Também é necessária uma atividade mental equilibrada a fim de tomar decisões adequadas em situações de conflitos que são comuns na realização das atividades citadas, bem como estar atento e concentrado fazendo uso do raciocínio lógico dedutivo para planejar a próxima atitude a ser tomada e concatenar os dados para chegar a uma conclusão.

MINAYO e SOUZA (2003, p.67) sintetizam de forma precisa as principais funções da Polícia Civil,

..registrar e investigar as ações e omissões definidas por lei como infrações penais, identificando as autorias e recolhendo provas que servirão de base aos membros do Ministério Público para o oferecimento da denúncia, peça inicial do procedimento criminal realizado pelo Poder Judiciário.

A Constituição Federal Brasileira em seu artigo 7º, determina os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social. O inciso XXII desse artigo refere ao direito de “redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança”.

Os policiais civis são trabalhadores protegidos pela Constituição Federal e portanto, deveriam ter sua integridade física e mental asseguradas pelo Estado. É claro que o risco de vida é inerente à profissão policial, mas nos referimos aqui a outros riscos. Esses riscos são gerados pela falta de amparo aos policiais que enfrentam um cotidiano no qual é exigido equilíbrio emocional e tomada rápida de decisões, sendo muito provável o acúmulo de tensões e estresses diários. Somando a isso as más condições de trabalho, é bastante possível que desenvolvam problemas emocionais e físicos que afetem seus aspectos pessoais e reflitam em seu trabalho, prejudicando sua qualidade de vida.

O trabalho em si não cria doenças mentais específicas, porém “o defeito crônico de uma vida mental sem saída mantido pela organização do trabalho, tem provavelmente um efeito que favorece as descompensações psiconeuróticas” (DEJOURS, 1992, p. 122).

Podemos traduzir “descompensação psiconeurótica” como um desequilíbrio ou diminuição das capacidades psíquicas, o que segundo (SANTOS, 2010), na relação homem-organização do trabalho leva a fadiga, que reduz a agilidade mental e ao desequilíbrio do sistema frustração-agressividade reativa, deixando sem saída parte da energia a ser descarregada.

Percebendo a relevância desse tema, vários estudos e pesquisas tem sido elaborados com trabalhadores da segurança pública em geral e em diversos pontos do país, sendo as conclusões de que realmente a qualidade de vida desses profissionais pode ser afetada pelo cotidiano da atividade policial. Estudiosos como

Queirós, Passos e Rosa (2015), Leal e Bortoli (2012), Minayo e Souza (2003), Wagner, Stankievich e Pedroso (2012), Lipp et al (2017), entre vários outros utilizados para compor o presente trabalho, realizaram pesquisas demonstrando que a atividade policial tem especificidades que tornam esses profissionais mais vulneráveis aos riscos físicos e psicológicos originários do trabalho, dessa forma interferindo na qualidade de vida dos mesmos. Entretanto, estes estudos carecem de estratégias que busquem soluções para os problemas apresentados.

Segundo Lipp (2017),

O fazer do policial envolve condições de trabalho que acarretam sobrecarga física e emocional. Isso somado à pressão da sociedade que clama por eficiência a todo momento, afeta a saúde, gera desgastes, insatisfação e provoca estresse e sofrimento psíquico.

Junto a isso, o fato dessa pesquisadora ser uma policial civil, atualmente aposentada, e estar cursando Terapia Ocupacional, foi desperta a reflexão sobre a atividade policial e a necessidade de buscar formas de lidar com o desgaste emocional diário gerado pela profissão.

Ora, de acordo com Lancman (2004, p. 44),

o objeto de atenção da Terapia Ocupacional na área de Saúde e Trabalho é conhecer o trabalhador no exercício da sua profissão – atividade humana/trabalho – para compreender e analisar as atividades e a relação com seu trabalho e vice-versa, pelos aspectos físico, cognitivo, psíquico e social, a fim de se transformar o trabalho.

Então, porque não realizar uma pesquisa que possa indicar os problemas vivenciados pelos policiais civis de Santa Maria-RS, na sua relação com o trabalho e, junto aos profissionais, formular propostas que venham a minimizar esse desgaste emocional diário, estendendo esse pensamento para a polícia civil gaúcha?

Também essa pesquisa engendra uma tentativa de resgatar a ideia de uma iniciativa do Governo do Estado do ano de 2002, quando foi implantado o “programa de saúde mental para trabalhadores da segurança pública” (Decreto Lei nº 41519/2002). Esse programa criou centros que ofereciam a esses trabalhadores, além do atendimento psicológico e psiquiátrico, terapias alternativas como a arteterapia, quiropraxia e yoga.

Esse programa esteve poucos meses em atividade, uma vez que o governo seguinte, assumido em janeiro de 2003, o desativou imediatamente alegando corte de gastos, porém a busca de atendimento nesse órgão era grande e, sob o ponto de vista da autora, que utilizou e obteve grandes benefícios para sua saúde física e mental, gerava muitos resultados positivos.

Nesse sentido, essa pesquisa busca ainda despertar nos policiais civis o interesse em pensar formas de melhorar suas condições de trabalho e qualidade de vida, levantando ideias como a do citado programa, justificando sua importância e as levando ao governo estadual.

Esse assunto está intimamente ligado a Terapia Ocupacional que, segundo Lancman (2004, p. 11) “aponta para uma vocação tanto para o cuidado com a pessoa com problemas, quanto a promoção de saúde, a vida saudável, com a qualidade e o equilíbrio entre os afazeres do dia-a-dia responsáveis pela produção de saúde”.

A proposta desse estudo é buscar melhorar a qualidade de vida dos policiais civis de Santa Maria-RS e, como consequência, oferecer um serviço em segurança pública de melhor qualidade para a população, cumprindo dessa forma com a missão constitucional da Polícia Civil do Rio Grande do Sul que é “Servir e Proteger”.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral:

Analisar, em conjunto com os policiais civis de Santa Maria-RS, a relação entre qualidade de vida e os desgastes físicos e psíquicos gerados pelo trabalho.

3.2 Objetivos Específicos:

3.2.1 Identificar e descrever as experiências de trabalho dos policiais civis de Santa Maria-RS que possam influenciar em suas qualidades de vida.

3.2.2 Identificar e analisar se os policiais civis de Santa Maria-RS procuram preservar sua saúde e melhorar sua qualidade de vida.

3.2.3 Identificar se os policiais civis de Santa Maria-RS recebem algum tipo de apoio da Instituição policial que trate da relação saúde-trabalho.

4. METODOLOGIA

4.1 Referencial teórico metodológico

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, uma vez que trata de ações e relações humanas cujos significados envolvem tanto aspectos individuais quanto coletivos. Busca estudar e compreender fenômenos não visíveis, originários das subjetividades dos indivíduos, portanto imensuráveis de forma concreta.

Deslandes et. al (1994, p. 21) ressalta que “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.”

Explicar fenômenos sociais através da análise de experiências individuais ou grupais que ocorrem em seu ambiente natural, fora de um ambiente controlado é característico dessa forma de abordagem de pesquisa.

Esse tipo de pesquisa visa a abordar o mundo “lá fora” (e não em contextos especializados de pesquisa, como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes explicar os fenômenos sociais “de dentro” de diversas maneiras diferentes. (FLICK, 2009, p. 8)

Vamos aqui analisar fenômenos relacionais da população de policiais civis de Santa Maria-RS, para tentar compreender que tipo de influência (significado) a atividade policial traz à qualidade de vida desses profissionais. Essa análise envolve aspectos da pesquisa exploratória que, segundo Gil (2010, p. 27), tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

4.2 Campo:

O campo de atuação dessa pesquisa se estabeleceu em quatro unidades das Delegacias de Polícia Civil de Santa Maria-RS, que existem em número de onze e são assim designadas:

- Cinco Delegacias Especializadas: Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso (DPPI) e Delegacia Especializada em Furtos, Roubos, Entorpecentes e Capturas (DEFREC) e Delegacia de Polícia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DPHPP).
- Quatro Delegacias Distritais: 1^a, 2^a, 3^a e 4^a Delegacias de Polícia.
- Uma Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA)-Plantão 24 horas-.
- Uma Delegacia de Polícia Regional (DPR), que coordena todas as delegacias da cidade e da região centro do Estado.

Foram obtidos informalmente dados referentes ao número de procedimentos policiais realizados em cada delegacia em um período retroativo de seis meses e também do número de policiais que trabalham em cada Delegacia.

Analisando esses dados foi possível perceber que algumas dessas Delegacias apresentam um alto número de procedimentos policiais em relação ao número de agentes policiais. Foi também analisado o grau de complexidade desses procedimentos policiais e o público envolvido nesses procedimentos.

Através dessa análise foram destacadas como Delegacias com grande volume de procedimentos policiais, menor número de agentes e alto grau de complexidade, as seguintes: DEAM, DPCA, DEFREC, DPHPP e DPPA.

Cabe informar que a DEFREC foi destacada para participar desta pesquisa, porém não houve participação de representantes deste órgão na ocasião da coleta de dados, sendo por este motivo excluída.

Posto isto, foi estabelecido como campo de pesquisa do presente trabalho as Delegacias DEAM, DPCA, DPHPP e DPPA.

4.3. Sujeitos:

Os sujeitos dessa pesquisa são agentes policiais que possuem os cargos de Inspetores e Escrivães de Polícia, em número de dois a três de cada uma das delegacias citadas, ou seja, DEAM, DPCA, DPHPP e DPPA. Foram convidadas 15 pessoas de ambos os sexos para participar da pesquisa e participaram efetivamente 9 policiais, todas do sexo feminino, mesmo tendo sido efetuados convites para ambos os sexos e alguns policiais do sexo masculino terem manifestado interesse em participar.

4.3.1. Critério de inclusão na pesquisa:

Para trazer homogeneidade ao grupo alguns critérios foram adotados como estar atuando na polícia civil há mais de dez anos, ser Inspetor de Polícia ou Escrivão de Polícia e possuir interesse e vontade de participar da pesquisa.

A condição de estar atuando na polícia civil há mais de dez anos justificou-se pelo fato desse policial já ter vivenciado situações de trabalho das mais variadas e adquirido experiência suficiente para discorrer naturalmente sobre temas com os quais sentem-se familiarizados.

Sobre esse critério cabe observar que na realização da coleta de material compareceu uma policial que possuía oito anos de atuação na Polícia Civil e que esta pesquisadora, considerou como válida a sua participação devido ao grande interesse demonstrado pela mesma no assunto a ser tratado.

Ao selecionar os cargos de Escrivão e Inspetor de Polícia buscou-se evitar possíveis problemas relacionados a escala hierárquica da Polícia Civil que possui ainda dois outros cargos acima dos citados e relacionados a chefia, sendo eles o de Comissário de Polícia e o de Delegado de Polícia.

Agentes que se encontram na mesma escala hierárquica realizam atividades muito semelhantes e, pelo tempo de serviço estipulado, já formaram sua identidade policial, fatores esses que se tornam vantagem na constituição grupal. Seria desvantajoso, como aponta Worthen et. al. (2005, apud Ferrer, 2007, p.68), se fossem apontadas muitas diferenças em níveis educacionais, de renda, prestígio, autoridade

ou outras características, poderiam resultar em hostilidade ou mesmo na retirada de um participante que se sentisse ameaçado ou constrangido.

Ainda quanto a seleção dos sujeitos levou-se em conta a potencialidade dos participantes e verificando se o fato de falar em grupo não lhes seria desconfortável, fatores que poderiam interferir na produtividade da discussão, pois como indica Gondim (2002) a opção é feita com base nas premissas de que eles são capazes de gerar produtos em um volume expressivo em curto espaço de tempo e trazem à tona o processo de formação de opinião, que se dá no jogo das influências sociais mútuas.

4.4. Coleta de informações

As informações foram coletadas através da técnica de Grupo Focal, em um único encontro, nas dependências da UFSM, mais precisamente na sala 103 do prédio da antiga reitoria, reunindo um número de nove policiais civis que atuam em quatro delegacias de polícia de Santa Maria-RS, e cujo tempo de duração da discussão foi de uma hora e vinte e quatro minutos.

A discussão grupal foi gravada com prévio acordo feito com os participantes, uma vez que as falas foram posteriormente transcritas para análise. Nessa discussão o pesquisador lançou questões de interesse para o grupo e que provocaram a análise da influência do trabalho na qualidade de vida desses policiais.

Morgan (1997, apud GONDIM, 2002) define grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador.

Cabe salientar que essa técnica permitiu que as participantes desenvolvessem um olhar crítico e avaliativo das questões, a partir de uma análise de suas práticas laborais diárias e o quanto estas podem estar interferindo em suas qualidades de vida. O grupo focal propiciou uma auto análise, uma vez que as participantes identificaram aspectos do seu trabalho que lhes proporcionam algum tipo de sofrimento ou de prazer. Ainda, os participantes conseguiram elaborar maneiras de contornar os problemas levantados, encontrando assim formas que podem melhorar suas qualidades de vida.

Segundo Westphal (1992, apud Miranda et al 2008), essa técnica permite verificar de que modo as pessoas avaliam uma experiência, como definem um problema e como suas opiniões, sentimentos e representações encontram-se associados a determinado fenômeno.

Para Veiga e Gondim (2001), “ é uma técnica que pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos”.

No grupo focal o pesquisador atua como um moderador que vai manter a discussão em torno das questões previamente elaboradas, conduzindo uma discussão produtiva para o tema determinado.

Segundo Gil (2010, p. 115):

De modo geral, o moderador inicia a reunião com a apresentação dos objetivos da pesquisa e das regras para participação. O assunto é introduzido com uma questão genérica, que vai sendo detalhada até que o moderador perceba que os dados necessários foram obtidos.

O pesquisador fez a condução do grupo introduzindo questões mais abrangentes e que foram sendo detalhadas no decorrer do processo grupal até constatar que obteve as informações essenciais sobre a problemática levantada.

Conforme Morgan (1997, apud Gondim,2002):

um moderador deve procurar cobrir a máxima variedade de tópicos relevantes sobre o assunto e promover uma discussão produtiva. Para conseguir tal intento ele precisa limitar suas intervenções e permitir que a discussão flua, só intervindo para introduzir novas questões e para facilitar o processo em curso.

O moderador agiu como um facilitador da discussão, ou seja, permitiu um aprofundamento progressivo no tema, mas também contornou possíveis problemas evitando ficar muito tempo em um só assunto ou passando muito rapidamente por questões relevantes. Foram acordadas algumas regras com os participantes antes da discussão como o intuito de facilitar o processo como evitar discussões paralelas, somente uma pessoa falar por vez e todos tendo o mesmo direito de colocar suas opiniões sem que alguém dominasse a discussão, no entanto há de se ressaltar que durante a discussão, no calor do momento, as participantes conversaram ao mesmo tempo, porém isso não prejudicou o desenrolar do grupo

O moderador procurou ser ao mesmo tempo diretivo e flexível, ou seja, focou nos objetivos, mas ao mesmo tempo foi maleável para possíveis desvios.

A esse respeito Gondim (2002) menciona que:

A diretividade assegura o foco no tema, mas pode inibir o surgimento de opiniões divergentes que enriqueceriam a discussão. A flexibilidade facilita a interação do moderador com os grupos, pois cada um deles apresenta uma dinâmica diferenciada exigindo maior ou menor diretividade do pesquisador, mas se for levada a extremo compromete a análise comparativa das respostas intergrupais, já que o risco de digressões aumenta.

O moderador preparou-se para contornar possíveis tensões que pudessem surgir durante a discussão grupal, entretanto não houve situações que dificultassem o andamento do grupo.

O roteiro foi formulado com perguntas estimulantes e desafiadoras que auxiliaram no processo grupal como considerações sobre situações que julgam mais estressantes no trabalho, sobre sentirem-se recompensados no exercício da profissão ou mesmo relatando sobre histórias que marcaram suas experiências profissionais. As perguntas elaboradas procuraram cobrir o máximo de tópicos relevantes sobre o assunto, evitando perguntas que produzissem respostas fechadas ou que desviasse o foco da discussão.

Além do moderador, que conduziu o grupo, foi de grande importância o papel do observador que foi desempenhado por uma Terapeuta Ocupacional, a qual ficou atenta às expressões faciais e corporais dos participantes e, dentro das possibilidades, anotando conversas paralelas e comentários complementares sem interferir na condução do grupo.

Para o planejamento desse grupo foi necessário definir sua categorização, sua composição e um roteiro de questões de interesse para a discussão.

4.5. Aspectos éticos

O grupo focal foi realizado após a aprovação deste projeto no comitê de ética da Universidade Federal de Santa Maria.

Antes da realização da coleta de dados, todos os sujeitos selecionados receberam um documento nominado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 1) contendo os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem realizados, além de explicar e garantir a confidencialidade das informações e da privacidade dos sujeitos na divulgação dos resultados da pesquisa, assim como sua liberdade para retirar-se do procedimento em qualquer momento, sem prejuízo algum. Esse termo foi assinado pelos sujeitos, os quais aceitaram participar da pesquisa.

É pontuado por Gondim (2002, apud Miranda, et al 2008) que:

...é essencial que o pesquisador tenha o posicionamento ético de garantir o sigilo em relação às falas e à identidade dos participantes, já que muitas vezes os grupos tratam de temas polêmicos e são palco de depoimentos pessoais ou declarações de algum modo comprometedoras.

A presente pesquisa observou a resolução nº466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que traz as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e a resolução nº510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

É pretendido que esta pesquisa gere benefícios no sentido de possibilitar a promoção da qualidade de vida de profissionais da segurança pública, refletindo em última análise na qualidade do serviço prestado à população.

A realização do grupo focal poderia ter gerado risco, mesmo sendo referente a algum grau de desconforto dos policiais em virtude dos questionamentos realizados ou da gravação em áudio, o que aparentemente não ocorreu. Entretanto, antes de seu início a pesquisadora colocou-se à disposição dos participantes para, caso houvesse necessidade, encaminhá-los a Unidade Básica de Saúde mais próximo do território de suas residências.

O local da coleta de informações foi escolhido pelo fato de ser neutro com relação aos locais de trabalho dos policiais participantes da pesquisa, permitindo que os mesmos se sentissem seguros e à vontade para conversar sobre questões

relativas ao seu trabalho sem o receio de estarem sendo expostos a situações que pudessem gerar qualquer forma de opressão.

4.6. Análise do Material

O material coletado foi cuidadosamente analisado a fim de se alcançar o entendimento dos temas examinados.

Parafraseando Ayres (2001), a experiência mais poderosa que permite o contato entre os seres humanos é a linguagem. É através dela que os sujeitos se constituem mutuamente e se reconhecem a cada nova experiência vivida.

Brant e Minayo-Gomez (2004), colocam que é com o discurso, através da linguagem, que é possível nomear o que foi manifestado na experiência como angústia, dor, prazer ou satisfação.

Interpretar a linguagem produzida pelo grupo focal exigiu do pesquisador uma visão global do sujeito, levando em conta sua experiência de vida, seus valores, suas crenças e o tempo histórico em que ele está inserido. Desta forma se recorreu a alguns pontos da teoria hermenêutica de Gadamer que segundo Lawn (2006) compreende o indivíduo dentro de sua historicidade, de como ele experiencia o mundo e o significa, sendo a linguagem uma condição para a compreensão da experiência humana.

Ao final de todo esse processo de coleta de material e análise interpretativa, foi então realizado um diálogo com a produção literária sobre o tema “Trabalho e Qualidade de Vida de Policiais Civis”, onde foram buscados pontos em comum e também as divergências encontradas.

A compreensão obtida através da presente pesquisa permitiu indicar pontos frágeis no processo de trabalho policial e que de alguma forma vem interferindo na qualidade de vida desses profissionais. O levantamento dessas informações poderá servir como instrumento mediador e de suporte para a criação de ferramentas dentro do próprio sistema organizacional da segurança pública, incluindo a área de saúde, possibilitando dirimir problemas originados em circunstância do trabalho.

Também essa pesquisa buscou despertar tanto nos policiais e gestores da segurança pública e, futuramente, na sociedade em geral, a necessidade de se pensar com seriedade sobre essa problemática que, em última instância, afeta de alguma forma a qualidade de vida de toda a população.

5. EXPLORAÇÃO DO MATERIAL COLETADO EM CAMPO:

No final do mês de maio de 2018 foi realizado o grupo focal planejado para o desenvolvimento desta pesquisa. O grupo ocorreu no prédio da antiga reitoria e teve a participação de nove policiais, todas do sexo feminino, das seguintes Delegacias: DPHPP, DPPA, DEAM, e DPCA.

Não houve representantes da DEFREC, apesar do convite presencial efetuado duas vezes e também por escrito. Ainda é importante observar que, embora esta pesquisadora tenha ido por mais de uma vez em cada uma das delegacias e ter efetuado pessoalmente os convites de forma igualitária à mulheres e homens, somente o público feminino demonstrou real interesse, o que foi comprovado presencialmente no grupo que só teve a participação de policiais do sexo feminino. Desta forma, alguns assuntos foram trazidos para a área feminina onde foi mencionado a dupla jornada de trabalho, o cuidado dos filhos e a questão de gênero referente a hierarquia e ao sexismo masculino.

O grupo, conforme já mencionado, foi moderado pela pesquisadora e teve como observadora uma Terapeuta Ocupacional que efetuou algumas anotações das falas das participantes.

O fato desta pesquisadora ser uma policial civil aposentada e ter exercido a profissão na maior parte de sua atividade em uma DEAM, na época em que não existia DPCA em Santa Maria e por isso atendia também crianças e adolescentes, gerou aspectos positivos e negativos durante a realização do grupo focal.

Positivos porque o grupo fluiu de forma bastante desinibida e com participação ativa, além do que alguns estudos, como o de Lawn (2006), consideram benéfico a realização da condução do grupo focal ser efetuada pelo próprio pesquisador no papel de moderador, uma vez que pode focar mais em questões de maior interesse e avaliar de forma direta as reações geradas por cada pergunta.

Os aspectos negativos explicam-se pelo fato desta pesquisadora/mediadora ter experienciado todas as situações discorridas sobre o tema, por isso tendo muita dificuldade em se conter a fim de não colocar seus posicionamentos e vivências sobre o assunto e também de manter a fisionomia neutra durante as respostas efetuadas. Como forma de amenizar esses aspectos e de também expor sua história, esta pesquisadora após terminar a realização do grupo focal e desligar o gravador, pediu licença ao grupo para expor duas de suas experiências marcantes em seu trabalho policial e também efetuou alguns comentários referentes às perguntas.

Quanto a esses aspectos, Flick (2009, p. 25) nos traz que “as reflexões dos pesquisadores sobre suas próprias atitudes e observações em campo, suas impressões, irritações, sentimentos, etc., tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte da interpretação”.

Sobre o papel do moderador no presente grupo, podemos citar uma das formas de moderação distinguida pelo mesmo autor que é o *direcionamento formal*, onde o moderador se limita ao controle da pauta dos interlocutores e à determinação do início, do curso e do final da discussão, podendo-se ainda inferir que houve muita confiança por parte da moderadora na dinâmica desse grupo. Essa confiança não fez com que a moderadora abandonasse seu papel, mas foi “uma forma de impedir qualquer influência tendenciosa sobre a discussão em progresso e sobre o conteúdo que possa surgir como resultado de suas intervenções”. (Flick, 2009, p. 184).

A pesquisa foi gravada em áudio e transcrita na íntegra. As participantes receberam números que as identificavam de 1 a 9, desta forma tendo suas identidades preservadas.

As participantes presentes possuem a média de 15 anos de atividade policial e a média de 44 anos de idade, sendo assim distribuídas em suas respectivas Delegacias:

- . Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) – 3 participantes.
- . Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) – 3 participantes.
- . Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA) – 2 participantes.
- . Delegacia de Polícia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DPHPP).- 1 participante.

A análise do material coletado foi direcionada pela teoria hermenêutica Gadameriana que, segundo Lawn (2006) aborda a linguagem dos sujeitos como uma

das formas de explicar suas histórias, as quais pertencem ao ambiente e ao tempo em que foram produzidas e estão permeadas pelo preconceito, autoridade e tradição vigentes.

Convém observar que em “Compreender Gadamer”, Lawn nos traz que *Tradição* é um aspecto social não aberto à investigação racional; e ela aparece como forma de autoridade. A tradição nos fala com vozes múltiplas, através de uma volta ao passado motivada pelo presente e seus interesses. Neste sentido, somos interpelados pela própria tradição, que faz com que o objeto de estudo se destaque.

Já a *Autoridade* seria a depositária do conhecimento. É um ato de conhecimento e reconhecimento. Não à obediência, mas a algo que pode ser inspecionado. É o momento de liberdade e escolha do pesquisador.

E o *Preconceito* trata-se de um julgamento sem reflexão e intolerante a opiniões. Para Gadamer, a partir de Lawn (2006), os preconceitos são a realidade histórica de todo ser, pois se pertencemos a uma sociedade, num dado momento histórico, estamos sujeitos a tradições que se configuram em nós como uma série de preconceitos que permitem nos entendermos no nosso contexto e momento histórico. Os Preconceitos, elevados a forma de perguntas, seriam a condição para a compreensão.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O roteiro do grupo focal apresentou questões disparadoras que motivaram à discussão do tema principal dessa pesquisa, ou seja, sobre a qualidade de vida dos policiais civis de Santa Maria-RS.

Iniciou-se com as questões relativas à escolha da profissão e o gosto pela mesma, onde a maioria das policiais manifestou-se pela estabilidade no emprego e positivamente em relação as atividades que exercem, contudo houve uma pequena mostra de descontentamento “Mais ou menos, gosto de algumas coisas e de outras não”. Esse descontentamento fica bem evidente nas falas posteriores.

A prática das atividades laborais de um policial, como na maioria das profissões, é bastante diferente do que é aprendido em estudos ou mesmo na própria academia de polícia. Segundo Bretas (1999, apud Minayo e Souza, p.35, 2003) é na atividade

cotidiana dos policiais que podemos buscar as origens de seu saber, que ainda permanece largamente informal e distinto do treinamento que mais se tenta oferecer nos centros de instrução.

Diariamente os policiais são confrontados com situações novas e são cobrados, tanto por seus superiores quanto pela população para que encontre soluções para problemas, onde muitas vezes não é disponibilizado o meio adequado para serem resolvidos. Nesse enfrentamento, parafraseando Dejours (1999), muitas vezes os sujeitos buscam seus próprios recursos emocionais, cognitivos e físicos para resolver problemas de trabalho.

“ A gente sabia mais teoria mas na prática mesmo, como funcionava não né, só dentro da delegacia que dá para saber mesmo”... “É que na verdade na teoria é muito diferente da prática né”(G.F./ P.C./Sta.Maria)

A vida diária com a violência acaba, invariavelmente, gerando algum grau de estresse para esses trabalhadores. Vários fatores contribuem para a ocorrência do estresse e as policiais relataram diversos motivos que lhes fazem sentirem-se pressionadas, inseguras e insatisfeitas.

O estresse pode ocorrer desde o momento em que se está registrando uma ocorrência ou tomando um depoimento, no decorrer da investigação policial para obter informações e provas para a elucidação do delito, no cumprimento de mandados ou mesmo no fechamento de um Inquérito Policial com prazo pré-determinado por Lei.

A cobrança da chefia policial por produção e cumprimento de metas que caracteriza a o atual Governo do Estado, conforme mencionado pelas participantes do grupo, aliada ao atraso do pagamento dos salários do funcionalismo, são fatores agravantes desse estresse.

Várias das participantes relatam sentirem-se incomodadas ao lidar com crianças, adolescentes, mulheres vítimas de violência e idosos como é observado nas falas a seguir:

“Lidar com criança...e idoso”

“Mulheres vítimas de violência doméstica”

“O adolescente infrator também é complicado né, só de ouvir a história dele, ele é uma vítima” (G.F./ P.C./Sta.Maria)

O tipo de público ao qual é direcionado muitos dos atendimentos é considerado fator estressor pois gera a identificação pessoal, no sentido de que muitos policiais possuem filhos nessa faixa etária e também remetem a seus pais, ou familiares que já estão idosos. Junto a isso a necessidade de dar proteção se torna premente e, seja por motivos legais, por falta de estrutura, ou mesmo pela vulnerabilidade social da maioria das vítimas, o policial fica frustrado e com o passar do tempo vai gerando um sentimento de impotência que, cedo ou tarde, transforma-se em sofrimento psíquico.

O público considerado mais indefeso e que parece clamar mais por proteção é o composto por crianças, adolescentes, idosos e mulheres e que na maioria das vezes são vítimas de atos cruéis dentro de seus próprios lares. Bittar e Nakano (2011) evidenciam isto em um estudo que realizaram sobre a violência intrafamiliar, quando afirmam que a “violência não é uma ocorrência exclusiva de determinada classe, faixa etária ou população, entretanto, certos grupos da sociedade, como mulheres, crianças e adolescentes e idosos são prioritariamente vitimizados (p.18)”.

“...o que me deixava muito angustiada, tipo de me deixar adoecida eu acho que com o tempo grande parte era a oitiva de vítimas de maus tratos reais, que tem né e, e abusos, principalmente quando não tinha o apoio da família, a mãe não acreditava, a família não acreditava entendeu, tu sabia que era verdade e a menina falando né e daí junto com a mãe ela não queria falar e daí tu sabia que ela ia pra casa e daqui há pouco elas voltam e diziam que não era verdade e tu sabia que era verdade né; então a vítima que não tem o apoio da família... Fica só a palavra da criança...agredida, ela desmente pela pressão da família e tu fica com aquilo, pensando naquela criança, adoecendo..., tipo é, continua sofrendo aquele abuso né, sempre.” (G.F./P.C./Sta.Maria)

As chamadas “mega operações policiais” são citadas nas falas das participantes como importante fator gerador de estresse. As operações mencionadas são grandes trabalhos policiais realizados concomitantemente e onde são cumpridos vários Mandados de Prisão e Mandados de Busca e Apreensão. Segundo as participantes, o estresse ocorre devido a rasa organização dessas operações, a falta de informações e a pressão no cumprimento dos Mandados, o que pode ter como consequência a falta de precaução e de cuidado dos policiais com as próprias vidas e com as das demais pessoas envolvidas.

“Só que infelizmente com essa cobrança da chefia, pelas mega... que tem que ter tantos mandados e tantas prisões, as operações são organizadas de qualquer jeito” (G.F./ P.C./Sta.Maria)

“É e todas as técnicas que a gente aprende chega na hora da operação faz cada um de um jeito.... Tanto que esse colega que morreu agora já tavam dizendo que foi um colega que deu o tiro nele, por trás assim (gesto),,porquê daí aparece na TV essas operações aquele monte de gente tudo amontoado todo mundo assim ó (gesto) com as armas nas cabeças uns dos outros assim né, então a gente tem que ter cuidado com os colegas, com os bandidos, com todo mundo...” (G.F./ P.C./Sta.Maria)

“É isso é muito ruim essa questão que sempre tem que fazer, que tem que ir numa operação, essa insegurança de “ai pra onde eu vou, quantas horas, mas que cidade vai ser?”, a gente nunca sabe de nada, só na hora vai e te vira, é mais ou menos assim né?” (G.F./ P.C./Sta.Maria)

As falas acima condizem com as afirmações de Minayo e Adorno (2013), os quais relatam que as dificuldades enfrentadas pelas polícias acontecem em todo o mundo, em especial no Brasil, onde a seriedade desses problemas é intrínseca a organização policial que apresenta grande número de mortos no combate ao crime, pouca clareza nos desempenhos operacionais e fraco controle externo das ações e procedimentos dos policiais.

Ainda sobre estes discursos os mesmos autores nos trazem que:

Do ponto de vista dos Policiais, seu “risco epidemiológico” se materializa, principalmente, nos confrontos armados, nos quais se expõem e podem perder a vida. É certo que o risco é inerente à natureza das operações policiais. Não é menos certo, porém, que orientações institucionais, emitidas pelas autoridades hierarquicamente superiores e não raro lastreadas em políticas governamentais de segurança pública podem agravar esse quadro de risco.

A respeito da infraestrutura para a execução do trabalho a maioria das policiais a considera precária, improvisada e totalmente inadequada. Muitas das situações surgidas nas falas poderiam ser resolvidas pela gestão da instituição policial sem acarretar grande custo para o Estado. Trata-se de um incômodo desnecessário à vida dessas profissionais e que pode ser evidenciado em seus relatos. Entretanto, também há relatos posteriores sobre alguns gestores que buscam formas de sanar alguns

desses problemas através de diálogos mantidos com os proprietários dos prédios onde funcionam suas delegacias.

Com isso pode-se entender que quando há interesse pelo bem-estar dos servidores por parte dos gestores é possível que algumas situações sejam resolvidas ou ao menos contornadas.

“As pessoas no plantão, tudo misturado, aquele que cometeu um crime com aquele que quer fazer uma perda de documento sabe, aquilo ali é um absurdo, deveria existir uma triagem na porta da delegacia para as pessoas se dividirem de maneira diferenciada Imagina drogado, ensanguentado junto com um senhor de 75 anos que quer fazer uma perda de documento” (G.F./ P.C./Sta.Maria)

“É na DP... ali na parte de baixo todos ouvem e todos dizem em todos os depoimentos, inclusive se tá a vítima ouvindo o que a mãe fala, o que a outra fala no depoimento, porque não existe parede de cimento, é tudo improvisado, as paredes são abertas...., quando tem 4 ouvindo, são 4 pessoas falando e mais as 4 escrivãs/inspetoras falando junto...” (G.F./ P.C./Sta.Maria)

“Lá na nossa são 2 escrivães em cada cartório e eu que divido com o delegado...” (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Situações que poderiam ser resolvidas por exemplo, com a troca de imóvel locado para a delegacia, ou mesmo exigindo do proprietário do prédio que faça as reformas adequadas para permanecer locando seu imóvel para o Estado seriam formas de contornar, a curto prazo, o problema da falta de infraestrutura mencionada em três das delegacias representadas no grupo focal.

Sim ele até conseguiu algumas coisas né... ele colocou vidro né pros plantonistas ali, mas aí o vidro impede de o plantonista ouvir as pessoas, fica assim ó “hã”? (G.F./ P.C./Sta.Maria)

...é porque aí, porque a impressora não mudou ainda, é matricial. É aquele barulhão das impressoras ainda .. É imagina eu tirei plantão ali agora no verão eu fazia assim, aí eu levantava da cadeira e.. o senhor pode repetir?...Sim a matricial, o colega do lado... não deixa a gente ouvir... (G.F./ P.C./Sta.Maria)

É nós ali na Delegacia... tem bastante sorte porque o proprietário do prédio, ele nos auxilia em tudo que a gente pede né, então assim, cada cartório tem a sua salinha. (G.F./ P.C./Sta.Maria)

O ideal seriam prédios próprios projetados para as atividades policiais de atendimento ao público, o que resolveria definitivamente estes problemas. Entretanto são problemas que se arrastam há muitos anos em Santa Maria e parecem estar muito distantes de serem resolvidos.

Quanto a equipamentos e utensílios a serem utilizados no trabalho houve divergência de opiniões sobre o uso de material próprio no trabalho. Alguns profissionais fazem uso de material próprio para suprir a falta ou o atraso do envio de material do Estado, dessa forma amenizam esse tipo de incômodo no ambiente de trabalho e amenizam o estresse. Outros profissionais, entretanto, preferem parar em forma de protesto à falha do Estado.

“Aqui na minha sala eu trazia o cartucho (da impressora) de casa, fazer o quê? Patrocino, meu marido patrocina....Pois é, mas pelo menos fica mais prático pra eu trabalhar...” (G.F./ P.C./Sta.Maria)

“Eu não trago!... Não trago, eu prefiro parar, eu não tô pagando pra trabalhar, tem que tá pagando pra trabalhar?” (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Em pesquisa realizada com policiais civis do Rio de Janeiro, Minayo e Souza (2003, p. 93) nos trazem que existe “o embate entre o conjunto de prescrições de exigências para a realização de tarefas e a disponibilidade dos recursos materiais e tecnológicos, concedidos ou negados, conforme políticas institucionais”. Fato que também é observado em muitas das falas das policiais civis de Santa Maria-RS.

Sobre o colete a prova de balas, utensílio básico no paramento de um policial e que auxilia na preservação de sua integridade física são feitos os seguintes comentários:

...E eles pegam, tá no pedido eu quero um colete tamanho P, eles mandam um G, daí tu entra na viatura e o colete fica aqui (gesto de mãos na altura dos seios). (G.F./ P.C./Sta.Maria)

....Aí tu não consegue se sentar na viatura (inaudível) e daí tu pega, tu vai cumprir um mandado tu não consegue procurar as coisas, nem se abaixar... (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Muitas das situações expostas por estes relatos vem ao encontro da pesquisa realizada por Lipp et al (2017), a qual na secção Estressores Ocupacionais mais frequentes nos traz que uma fonte de estresse considerável e que merece atenção da instituição é a falta de equipamento adequado para desempenhar as funções diárias.

Nesse cenário, pode-se inferir ainda que a capacidade para o trabalho desses profissionais possa ser reduzida.

Sobre os coletes de tamanho inadequado utilizados pelas mulheres da Polícia Civil de Santa Maria, fica claro a produção de desconforto nas AIVDs (atividades instrumentais de vida diária). Conclui-se que seria simples os gestores verificarem esse problema e tratem de providenciar coletes adequados para as policiais civis, afinal o gasto para o Estado existe de qualquer forma e mesmo um acidente de trabalho pode ser evitado com o uso de um colete adequado.

Especificamente sobre a segurança pessoal do trabalho Minayo e Adorno (2013) apontam que existem normas Constitucionais destinadas a prevenir acidentes e condições inseguras que possam ocorrer durante a realização do trabalho. O fato de serem trabalhadores que cuidam da segurança não pode privar os policiais do direito Constitucional de realizarem suas atividades da forma mais segura possível, preservando sua integridade física e mental.

É importante salientar o quanto esse tipo de problema, além de acarretar incômodo às polícias, pode trazer desconforto físico e emocional e afetar suas qualidades de vida. Sem falar na possibilidade de gerar um acidente fatal. O problema citado já foi vivenciado inúmeras vezes por esta pesquisadora enquanto exercia suas atividades na polícia.

Encontramos nos estudos de Dejours (1992), mais especificamente sobre as condições ergonômicas do trabalho, algumas passagens sobre relação saúde-trabalho e insatisfação, que podem trazer esclarecimentos para essas falas:

De uma relação desarmoniosa entre o conteúdo ergonômico do trabalho e a estrutura da personalidade, pode emergir uma insatisfação e, correlativamente, um sofrimento que são de natureza mental e não física. ... barulho, iluminação inadequada, móveis e maquinário inadequados estão na origem não só de numerosos sofrimentos somáticos de determinismo físico direto, mas também de outras doenças do corpo mediatizadas por algo que atinge o aparelho mental (p.53 e 57)

Observa-se nas falas que algumas pessoas conseguem contornar problemas comprando material para trabalhar ou até mesmo contratando um outro plano de

saúde porque o disponibilizado pelo Estado não funciona adequadamente, entretanto, esses são problemas que não precisavam existir se houvesse uma boa gestão, tanto a nível local quanto governamental. Essa afirmação também é feita com base na vivência desta pesquisadora enquanto na ativa.

A precariedade da gestão em dirimir problemas nas delegacias de polícia fica exposta em várias falas e certamente auxilia a fomentar o estresse diário dos policiais. Cabe esclarecer que o principal gestor de uma delegacia de polícia é a Autoridade Policial, ou seja, o(a) Delegado(a) de Polícia.

Uma pesquisa realizada por Lipp et al (2017) verificou que o estressor mais frequentemente mencionado pelos policiais participantes foi "não receber o apoio dos superiores". Nas falas seguintes podem ser observados estes aspectos:

“É que nem as vezes a gente vê assim ó, em alguns momentos a gente vai reclamar, vai buscar um apoio...vai reclamar preciso daquele colega ali pra fazer uma coisa, ele não faz, e o gestor simplesmente não faz nada e aí? Aí tu começa a acumular coisas na cabeça e pensamentos, é isso que, que acaba afetando a saúde mental né...não é só questão do Estado com saúde, é questão do gestor.” (G.F./ P.C./Sta.Maria)

“Postura de gestor falta muita postura, falta muita qualidade dos gestores, né” (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Sobre gestão policial e mais especificamente a nível de delegacias policiais não foi encontrado suporte literário, entretanto, Lima, Bueno et al (2016) afirmam que do ponto de vista interno das relações policiais, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 foram iniciadas reformas gerencias que trouxeram debates sobre padronização profissional e o uso intensivo de ferramentas de gestão, tecnologia e planejamento. São referidos pelos autores a criação da Secretaria Nacional de Segurança pública, Conselhos, Disque Denúncia e outras ferramentas que são muito importantes para aprimorar e gerenciar a Segurança Pública em um nível abrangente, não atingindo entretanto o tema específico do cotidiano de uma Delegacia de Polícia.

Nos relatos seguintes a falta de apoio dos gestores se refere a valorização humana, que envolve atenção, consideração e respeito. Salvo as normas obrigatórias de conduta administrativa como é o caso de furto/roubo ou perda de arma ou outro equipamento fornecido pelo Estado ao policial, é possível observar questões hierárquicas onde parece existir falta de deferência com o subordinado, fator que pode auxiliar no desgaste emocional.

“eu não lembro de alguém, que tenha me perguntado um dia assim... antes de vim me cobrar. *“Como é que tão as coisas, tu tá bem?...”* né só cobrança, só cobrança... e então assim, a gente não, ninguém, nem, não pensa, o próprio Estado, nem os gestores, ninguém pensa assim, não, vamos aliviar porque, assim, todo mundo é humano...” (G.F./ P.C./Sta.Maria)

“ Mas (...), não quero te desiludir, mas infelizmente isso nunca vai acontecer, nunca o Estado vai te dar apoio, nunca o teu chefe vai te perguntar como é que tu tá, nunca, nunca, e tu vai lembrar disso daqui há 30 anos, 25 quando tu tiver se aposentando tu vai...Eu vou falar de uma maneira geral, delegado nenhum é amigo de ti e nunca vai ser.. (G.F./ P.C./Sta.Maria).

“Uma colega que eu conheci numa operação verão, ela me contou que ela foi assaltada, entraram dentro da casa dela... levaram a arma dela e quase mataram porque ela era da polícia né, teve sorte. É e daí o que que aconteceu, invés do Estado proteger, dar apoio psicológico, fizeram sindicância porque levaram a arma dela” (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Com referência as falas acima, Silva (2000, apud MELATI e LIMA, 2010, p. 481,482) relatam que:

Nenhum Estado brasileiro tem programa de valorização dos recursos humanos policiais, que cuide concretamente da autoestima e de outras necessidades críticas: salários, atendimento médico-hospitalar, oportunidades de carreira, condições ambientais adequadas, programas de moradia, transporte e alimentação, prevenção dos riscos profissionais.

O tema seguinte surgiu por diversas vezes no transcurso do grupo e, mesmo não constando na elaboração do projeto, é de muita relevância pois trata da questão de gênero. Sabe-se que o preconceito pode se manifestar de maneira declarada ou sutil e o motivo, entre outros, inclui diferenças de ideologia, gênero, etnia, etc., que podem levar o indivíduo a sofrer consequências sociais e gerar sofrimento físico e psíquico. Aqui vamos nos ater as falas das policiais que trazem o tema do preconceito em relação ao gênero quando falam do “machismo na polícia”, remetendo ainda a questões hierárquicas.

É evidente nas falas seguintes essa problemática que envolve gênero e poder e que se tornam também um fator estressor no ambiente de trabalho.

...é e inclusive as pessoas que trabalham as vezes sofrem, as vezes um pouquinho mais porque o que não trabalha, é as vezes é homem, e os delegados.. (G.F./ P.C./Sta.Maria)

exatamente eles não tem a mesma capacidade de cobrar e chegar junto, existe muito machismo na policia(G.F./ P.C./Sta.Maria)

(sobre uma colega que parece estar com síndrome de burnout) no momento em que ela mais precisou ela ouviu coisas que ela não podia ter ouvido ... porque ela sempre trabalhou muito bem, aí eu já me reporto ao machismo da polícia Porque pessoas que precisavam ouvir dentro do mesmo lugar não tão ouvindo... Então as coisas funcionam assim na polícia(G.F./ P.C./Sta.Maria)

Sobre este tema Lipp (1993, apud FERREIRA, 2004) nos traz que entre as diferentes possibilidades de expressão do preconceito encontra-se o sexismo que compreende avaliações negativas e atos discriminatórios dirigidos às mulheres, podendo ainda se manifestar sob a forma institucional ou interpessoal. No sentido institucional o sexismo impõe certas barreiras às mulheres impedindo-lhes assim de ter as mesmas oportunidades que os homens em situações de trabalho.

Cabe lembrar que o sexismo pode ocorrer tanto no aspecto feminino quanto no masculino, sendo este último o tipo de preconceito abordado no grupo focal.

Sob esta óptica entende-se nas falas que as barreiras impostas às mulheres policiais não lhes permite reconhecimento e cobrança igualitária ao sexo oposto.

... sempre a gente vê que colegas não tão bons assim (em relação ao trabalho) são endeusados ...Machismo, machismo... (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Machismo, machismo...favoritismo(G.F./ P.C./Sta.Maria)

É chegaram a me dizer que eu chegava sorrindo na delegacia e dava bom dia para as pessoas e isso ofendia os colegas(G.F./ P.C./Sta.Maria)

Um chefe te disse isso né, inacreditável...É homem né... Tá e pra quem que a gente vai falar? pra quem que a gente vai pedir auxílio? pra quem? Não tem. (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Para Louro (1997) há algum tempo, principalmente com a leitura de Michel Foucault, os estudiosos vem concebendo as relações de poder de forma diferenciada da antiga fórmula de um homem dominante *versus* mulher dominada entendendo que

essa concentração de estudos somente em polaridades opostas não dá sustento a compreensão dos múltiplos aspectos sociais do poder.

A leitura de Foucault trouxe novas maneiras de discutir as relações de poder, uma vez que a proposta é de que o exercício do poder se dá entre sujeitos que são capazes de resistir e que não há poder sem liberdade e sem potencial de revolta.

Ainda Louro (1997, p.40), compara essa concepção de Foucault como “semelhante a jogos em que os participantes estão sempre em atividade, em vez de reduzi-las todas, a um esquema mais ou menos fixo em que um dos contendores é, por antecipação e para sempre, o vencedor”. No entanto ela não subestima que as mulheres tenham sofrido mais como vítimas do poder polarizado.

Esse é um tema bastante complexo e que exigiria aprofundamento, o que extrapolaria o objetivo principal desse trabalho. Entretanto percebe-se que a relação de poder junto ao fator hierárquico gera considerável desconforto emocional nas policiais participantes.

Em relação ao tema específico de sexismo masculino relacionado a dinâmica do trabalho policial foram encontrados alguns estudos como o de Turte-Cavadinha (2016), Souza(2007), Forum Brasileiro de Segurança Pública-As mulheres nas instituições policiais (2015) e Brow e Fielding (1993). Este último estudo traz um fator importante que diz respeito ao estresse sobressalente vivenciado pelas mulheres policiais, uma vez que, segundo as autoras as mulheres sentem mais fortemente os efeitos estressores da função e ainda enfrentam altos níveis de sexismo e preconceitos.

Sobre o ambiente de trabalho as policiais realizaram poucos comentários limitando-se a falas como “É a minha equipe é boa”, “Depois que a gente tirou meia dúzia de lá da DP ficou bom “, “...sempre se ajudam”. Desta forma subentende-se que não existem muitos problemas relacionados a este tema, entretanto cabe retomar o problema da precariedade na gestão, que intervém no ambiente de trabalho e que volta a ser explicitado nas falas a seguir parecendo ser um importante agente extenuante.

Não funciona, vemos ali no plantão...5 equipes, tem alguns das equipes, quando chega a brigada na frente corre pro pátio lá no fundo...Na minha equipe... ultimamente eu tenho pego todos os

flagrantes... Mas aí eu acho injusto também né, os outros também tem que fazer. (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Mas o trabalho do gestor é fazer aquele que não trabalha, trabalhar e não sobrecarregar os outros (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Em relação a esse tema Minayo e Souza, 2003, retomam Dejours e nos trazem que:

O enfoque da psicodinâmica do trabalho mostra que as vivências de sofrimento e de prazer estão associadas fortemente às relações socioprofissionais. Quando o ambiente de trabalho é bom, mesmo que as tarefas sejam difíceis e desafiantes, os estímulos positivos funcionam como fatores de êxito. Mas quando o clima é ruim, ocorre o que Dejours denomina de *pressão para trabalhar mal*.

No quesito referente ao entendimento sobre qualidade de vida as respostas vão desde o direito ao lazer e satisfação com o local de trabalho até a saúde mental. Uma das participantes refere que a autoestima estando alta impede de “levar a polícia para dentro da tua casa” no que outra argumenta que “Isso é um recurso mental que nem todo mundo tem”. Outras referem que a assistência dentro da Instituição é falha, que deveria existir um ambiente na polícia onde se pudesse sentar e falar sobre seus problemas e não precisar esquecer da polícia em casa.

Uma das participantes revela muita insatisfação em seu atual local de trabalho e demonstra até fisicamente através de sua fisionomia e gestos de que se encontra em sofrimento psíquico devido a isto.

É o trabalho em si tu esquece, eu esqueço, eu chego em casa, das ocorrências, dos clientes, eu esqueço, mas uma situação que tá me incomodando que, que eu não tô satisfeita é, que tá me trazendo infelicidade, isso aí não tem como esquecer (...). Aí mesmo eu tando em casa eu tô infeliz, sabendo que amanhã eu vou ter que voltar para aquela coisa, enfrentar tudo de novo (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Eu agora eu tirei um mês de férias, mas antes de eu entrar em férias, eu tava ,com dor em todo o corpo, eu vomitava tudo que eu comia, eu não tinha, eu acordava de noite, eu tava assim ó, no ultimo grau de estresse, aí eu tirei um mês de férias e melhorei um pouco, mas eu não sei quantos dia eu vou aguentar... (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Como já visto e referenciado nesta pesquisa, em um âmbito geral, qualidade de vida pode ser descrita como o sentimento de bem estar individual em relação a padrões socioculturais e ambientais, envolvendo saúde física e psíquica e proporcionando satisfação pessoal. O trabalho é uma forma de se obter satisfação pessoal e isso é percebido pelo indivíduo conforme suas subjetividades.

Estudos como o de Wagner, Stankievich e Pedroso, 2012, Minayo e Souza 2003, Minayo et al 2008, e Lipp et al 2017, entre outros, apontam o estresse ocupacional como importante fator que afeta a qualidade de vida dos policiais de uma maneira geral.

Nas falas sobre esse tema percebe-se a grande transferência do trabalho à qualidade de vida, o que pode indicar a importância do trabalho na vida das participantes do grupo. Também o tema referente a tragédia da Boate Kiss veio à tona nessas falas para dar ênfase a falta de amparo psicológico.

Existe uma problemática que não é resolvida, então claro, isso diminui a nossa qualidade de vida, aí tu vai em busca de remédio né, tu vai em busca de outros recursos pessoais, por conta, pra que tu consiga (G.F./ P.C./Sta.Maria)

É que nessa questão, por exemplo da Kiss que a colega tava falando...foi um acontecimento com muitas pessoas mas com situações que são as que a gente vê praticamente todo dia... mas assim, a gente vê gente morta, a gente vê pais perdendo filhos, a gente vê lugares que se incendiaram, só que foi um grande número de pessoas, aí o Estado vem "A nós acolhemos", e quando não é visto pela mídia, quando... (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Mas não teve acolhimento, teve "um" encontro, que acolhimento é esse?

O grau de importância referido ao trabalho pode causar interferência negativa na qualidade de vida do trabalhador na medida em que ele não elabora o sofrimento emocional de forma adequada. Lancman (2004) nos traz que o trabalho pode contribuir favoravelmente para a construção da identidade da vida cotidiana e a participação das pessoas na vida social. Também afirma ser este o "cavalo de batalha" da terapia ocupacional, uma vez que as intervenções deverão buscar formas do sujeito elaborar seu estresse, e mesmo a identificação excessiva com trabalho, de maneira a equilibrar a relação trabalho-qualidade de vida. Isso nos faz pensar do quão delicada se torna essa relação quando não há um satisfatório direcionamento

do estresse laboral e o quanto isso pode se transformar em sofrimento psíquico e mesmo doenças físicas.

Ao realizar pesquisa que analisa o adoecimento físico e mental de policiais civis e militares do Rio de Janeiro, Minayo et al (2011), encontrou também essa problemática do equilíbrio entre a relação trabalho-qualidade de vida.

O mesmo é observado na discussão do próximo tema que fala sobre agir de forma impensada em determinadas situações de trabalho.

Aqui foram expressadas situações em que se viram agindo de forma que consideram inadequada, seja gritando com a vítima ou descarregando o estresse nos familiares em casa. Também foi colocado sobre a questão dos afetos, onde se apegam a determinada clientela ou quando trabalham em algum caso que lhes produza desconforto emocional que não conseguem elaborar e acabam levando este sentimento para casa.

Mandado de Busca, quantas vezes a gente tem que mandar a vítima ou outro calar a boca porque ali tá uma situação de estresse, várias vezes depois tu até se arrepende mas várias vezes, pra contornar aquela situação tu tem que tomar uma atitude né(G.F./ P.C./Sta.Maria)

Uma aconteceu comigo hoje, agora de tarde, uma mulher chegou na Delegacia enlouquecida, enlouquecida “foi roubo, porque me roubaram, porque me mandaram ir lá no plantão registrar, me mandaram vir aqui, agora vocês querem me mandar de volta pra lá pra que serve essa merda de polícia?”. Eu digo: “Pra bonito”... (G.F./ P.C./Sta.Maria)

...eu não ouço um estupro, e eu por exemplo e “Ah, não aconteceu nada”, eu sou apenas uma máquina aqui ouvindo, não “Máquina é o computador onde eu digito, eu sou uma pessoa”, então tem uma hora que aquilo ali vai acumulando, acumulando, e tem também a hora que a gente leva, que a gente teve alguma situação, tem algum parente que a gente acaba se afeiçoando a certas pessoas, a certos casos, e a gente não tem, o Estado não tem, não nos proporciona uma oportunidade se sentar e dizer assim ó, hoje o meu dia foi assim, assim, assim, eu queria falar, eu queria desabafar... (G.F./ P.C./Sta.Maria)

As falas acima tratam de um difícil equilíbrio que os policiais devem encontrar para que não sofram com as vivências diárias, mas também não se tornem insensíveis aos sujeitos. Lidar com o lado mais obscuro da realidade social pode terminar, segundo Muniz (1999, apud Derenusson e Jablonski, 2010), por promover um “desencantamento do olhar” do indivíduo policial em relação ao próximo,

caracterizado por uma atitude básica de desconfiança em relação à natureza humana e, por assim dizer, de um endurecimento emocional.

Em relação a questão sobre o que costumam fazer pós um dia estressante de trabalho as respostas giraram em torno de dormir, fazer sexo, ingerir bebida alcoólica, trabalhar, etc. A primeira fala deste bloco remete a dupla jornada de trabalho enfrentada por muitas mulheres trabalhadoras e que faz jus ao velho sistema patriarcal, que ainda é muito encontrado na atualidade.

Eis algumas falas:

Há, chegar em casa e trabalhar...estudar com os filhos (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Ai gurias vocês tem que chegar em casa e amar o marido. (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Mas não dá tempo... (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Dormir...Quando a gente chega cansada do trabalho a gente quer desestressar, tomar uma cerveja, beber,.. (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Eu tô tomando não é... é um remedinho pra dormir, assim, porque eu tava perdendo o sono durante a noite. (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Nas falas acima percebe-se que muitas das participantes na verdade não costumam realizar algo prazeroso após um dia estressante de trabalho, muitas continuam trabalhando com os afazeres domésticos e outras buscam refúgio no álcool ou em antidepressivos para poder dormir.

Sobre a dupla jornada de trabalho, Da Rosa (XXV Seminário de Iniciação Científica, Unijuí, 2017) nos traz que:

Ora, na maçante maioria das famílias a responsabilidade pelos serviços domésticos e pelos cuidados à família ficam a cargo das mulheres, de modo que a elas é atribuída a chamada dupla jornada de trabalho, pois necessitam trabalhar fora de casa para auxiliar nas despesas da família e, ainda, precisam cuidar dos afazeres domésticos e de sua prole. Segundo uma pesquisa realizada em 2015 pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a jornada semanal total de trabalho das mulheres brasileiras superava em 7,5 horas a dos homens.

Quanto ao uso de álcool e medicamentos para aliviar o estresse laboral, encontramos uma explicação em Dejours (1992), o qual afirma que o sofrimento no trabalho anula comportamentos livres e cria rotas defensivas como o uso de substâncias que mascaram, contém ou ocultam uma ansiedade particularmente grave. (p.26, 27 e 35)

Também nessa obra, Dejours traz que as dinâmicas laborais podem produzir saúde, bem-estar físico e emocional como podem, também, ser marcadas por insatisfações, estresse e sofrimento.

A pesquisa de Minayo et al (2011), realizada com policiais civis e militares do Rio de Janeiro, em acordo com Dejours, pode ser utilizada para trazer significado ao fato de que a maioria das policiais do grupo responderem que não acordam motivadas diariamente para o trabalho.

Cabe ressaltar que a participante que já demonstrou em outras respostas estar incomodada com o seu local de trabalho foi categórica:

Eu...ultimamente nenhum dia eu acordo motivada pra ir trabalhar, eu não quero trabalhar nenhum dia, eu vou obrigada! (G.F./P.C./Sta.Maria)

Quanto ao cargo exercido todas se sentem felizes e nesse aspecto deve ser considerado, por experiência própria, a valorização salarial atual e a política de cumprimento das etapas de promoções garantida no governo anterior e quem vem sendo cumprida pelo atual governo, ficando isso subentendido nas falas:

Sim (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Eu estou agora (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Agora eu estou (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Ou seja, atualmente se sentem felizes com o cargo que exercem porque o Estado, até o momento, está provendo devidamente as promoções e reajustes salariais.

Sobre se sentirem recompensadas pela profissão que exercem, houve divergência nas respostas, tendo ainda alguma referência ao local de trabalho de cada policial, conforme vemos nas falas abaixo:

Porque eu, da minha parte eu acho que a gente não atende a sociedade como deveria, eles sentem isso; e grande demanda de trabalho, pouco número de pessoas para executar esse trabalho,... então, como é que eu vou me sentir, como é que eu vou me sentir bem sem um retorno positivo pra gente né? (G.F./ P.C./Sta.Maria)

É como eu digo né, a nossa delegacia é mais específica né, onde elas vem, pedem a medida protetiva... eu acredito que a gente se sente recompensado no momento em que dizem “Ai graças a Deus que vocês tiraram ele da minha casa”, então há uma satisfação um pouco melhor de se sentir, de ser valorizado... tem essa relação né de ir até a casa... a gente tem um maior envolvimento assim, por ser a Delegacia da Mulher. (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Sobre o reconhecimento pela Sociedade, Minayo e Souza (2003, p. 164), utilizam dos estudos de Dejours da seguinte forma:

Segundo Dejours (1999), o reconhecimento é uma reivindicação central para os que trabalham, de onde poderíamos considerar que, se um policial percebe o reconhecimento social pelo serviço que presta, pode se sentir mais motivado para enfrentar os possíveis sofrimentos, desgastes e estresses inerentes ao caráter da atividade que desempenha.

As mesmas autoras (p.19) afirmam que o trabalho diz respeito também a sentimentos de prazer, de felicidade e de realização pessoal que não podem ser medidos , devendo ser compreendidos por atribuição do próprio sujeito.

Nas falas seguintes, a sensação de compensação pelo trabalho realizado é relacionada ao sexismo masculino e ainda associado à diferença de tratamento dos superiores com os agentes da capital e do interior do Rio Grande do Sul. Segundo as participantes, o sexismo masculino é mais acentuado no interior do Estado:

...é como eu trabalhei lá na região metropolitana, não tem muito esta diferença sabe de tratamento dos superiores pra nós. ... lá eu me sentia supervalorizada assim, dos meus superiores... aqui eu sinto que, por mais que eu me esforce, ...por mais que eu me dedique eu não sou bem vista como uma boa profissional ... (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Também quando eu trabalhei em Porto Alegre era bem reconhecida pelos... quando eu trabalhei numa Delegacia, realmente foi a única vez que eu posso dizer, eu fui reconhecida na polícia...talvez em alguma situação assim “ A que esteja saindo de uma delegacia” , mas assim eu já estou saindo, porque poderia ter me dito em todos esses anos e

porque não falou? Porque agora? Eu tô saindo, tá agora já foi né?
(G.F./ P.C./Sta.Maria)

Mas a gente percebe isso aí quando tu tenta exercer um direito de por exemplo de negociar uma situação pra ti, com a saída, de tu querer sair da tua delegacia, como tu quer sair da tua hoje...É isso que eles pensam, não interessa se tu trabalha, se tu te dedica lá pra tua delegacia, 10, 12 anos ... (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Especificamente sobre o sexismo masculino ser mais acentuado no interior do que na capital em relação ao trabalho policial não foram encontrados estudos, entretanto, conhecendo a cultura gaúcha, onde é notório que até mesmo músicas remetem à prática de violência contra as mulheres, não causa estranheza essa conclusão das participantes.

A seguinte citação de Almeida (1996, p. 163 apud Turte-Cavadinhas, 2011, p. 45) nos traz esclarecimentos sobre o modelo cultural que, infelizmente, ainda é majoritário no mundo e que traz o sexo masculino como detentor do poder:

A masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que não sendo atingido –na prática e de forma consistente e inalterada -por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e as mulheres um efeito controlador. Implica um discurso sobre a dominação e a ascendência social, atribuindo aos homens (categoria social construída a partir de uma metonímia do diformismo sexual) este privilégio potencial. Um paradoxo deve, desde já, ser elucidado: se masculinidade e feminilidade são, ao nível da gramática dos símbolos conceptualizadas como simétricas e complementares, na arena do poder são discursadas como assimétricas.

Souza (2007, p. 106) analisa a questão de gênero na atividade policial da seguinte forma:

A questão de gênero promove uma ruptura com a abordagem biologicista e perpassa a divisão ocupacional e sexual do trabalho, principalmente em instituições marcadas por uma visão machista, como é a polícia. O fato da mulher trabalhar fora e ocupar determinados cargos ditos masculinos pode ser representado e interpretado como uma transgressão às regras sociais estabelecidas em relação ao papel do gênero feminino.

Sobre temer alguma represália contra si próprio ou contra seus familiares em função da atividade que exercem a maioria respondeu que não tem esse temor, sendo que uma das participantes relacionou este fato ao local de trabalho e também sobre o

tipo de trabalho ser mais cartorário ou mais investigativo. Quanto aos familiares uma das participantes relatou sentir esse receio quando seu filho era pequeno.

...às vezes eu sinto né, eu vou no mercado, ainda mais quando trabalhava em Camobi, eu ia no mercado e às vezes eu me deparava com um “Esse cara vai me seguir né”, eu ficava assim né, hoje já não mais, mas teve um período da minha vida aí que eu tive medo sim. (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Porque também no começo, nossa eu às vezes a gente ficava, eu ficava até meio assim: **Hã** será que eu tô exagerando? Eu ficava olhando pros lugares onde eu andava... (G.F./ P.C./Sta.Maria)

...no início eu tinha, quando o meu filho era pequeno é aquela coisa, eu tinha, mas agora não(G.F./ P.C./Sta.Maria)

Esses comentários vem de encontro aos estudos de Minayo et al, 2008), as quais demonstram as elevadas taxas de mortalidade de policiais civis em situação de folga ou de lazer. O que pode justificar o medo expresso nas falas das policiais acima.

Todas as policiais do grupo focal relataram terem sofrido algum tipo de prejuízo físico ou psíquico ou terem desenvolvido doenças em função do trabalho. A somatização foi comentada pois geralmente o problema tem início com o estresse e depois transforma-se em problemas físicos. Ansiedade, insônia e depressão foram outras doenças citadas ainda em resposta a perguntas anteriores.

Estávamos na DP entre 4, 5 e o delegado entrou na sala... a conversa fluiu e nós contamos pra ele que todas que estavam ali tomavam antidepressivo, depois que entraram pra polícia, nenhuma antes de entrar pra polícia, ele ficou impressionado, apavorado, disse que nós não tomava sol, que de repente, se nós tomasse sol, nós não tava passando por isso, aí a gente explicou pra ele várias situações estressantes. (G.F./ P.C./Sta.Maria)

É estigmatizada, tipo que a pessoa inventa que tá doente pra não trabalhar, inventa um laudo, pega laudo psiquiátrico porque não tá a fim de trabalhar, estigmatizada, como “pirada, tá maluca” é estigmatizam e isso se dissemina ... É daí vira um rótulo né, aquela é maluca, aquela é doida, pronto. (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Eu engordei 15 quilos né, em cinco anos de cartório, uma coisa que eu não gostava mas tive que fazer porque aí os clientes não vinham eu ficava numa ansiedade e aí eu ia comer, tava então era uma coisa que não tava legal, pra mim não me servia, naquele momento. Não dormia, é justamente então era sinais visíveis de ansiedade. (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Esses são temas encontrados em vários dos estudos utilizados para compor o presente trabalho, sendo destacado para ilustrar essas falas o de Minayo e Souza, (2003), por ser direcionado exclusivamente a policiais civis e por detalhar os agravos mais frequentes em relação à saúde física e mental. Vamos aqui enumerar algumas dessas morbidades: defeitos de visão, dores de cabeça, no pescoço, costas ou coluna, problemas respiratórios, cardíacos, hipertensão, distúrbios, gastrointestinais, osteo-articulares, tumores malignos, alcoolismo, ansiedade, depressão, ocorrência de suicídios, síndromes do pânico e de burnout.

Duas das participantes relataram situações bem preocupantes, tanto em relação a saúde física, como um câncer reportado à ansiedade e ao excesso de trabalho, como em relação a pensamento suicida.

Isso faz parte do trabalho eu tenho que aguentar, daí tu vai aguentando, aguentando, aguentando..., aí tu vai explode porque tu já tá...e as vezes a solução é uma internação ou é um suicídio, daqui a pouco... (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Porque assim a gente começa naquilo, não, vou dá conta, vou dá conta, aí tu começa, aí começa o físico,né? Eu comecei a engordar, aí começa a diabete, começa a pressão alta, triglicerídeos, colesterol, um câncer, isso aquilo, aquilo outro, aquilo outro... aí, aí vai (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Em relação a formas de melhorar a qualidade de vida no trabalho as falas foram bastante variadas indo desde de levar equipamentos de casa para usar no trabalho quanto a deixar de levar trabalho para fazer em casa. Em falas anteriores foi mencionada a falta de um local para relatar suas experiências de trabalho e desabafar. Também se comentou sobre o bom relacionamento entre os colegas como fator de melhora na qualidade de vida no trabalho.

...Aquela ali levou uma impressora né?. na...DP, na época não tinha ar condicionado, eu comprei um ar condicionado portátil... (G.F./ P.C./Sta.Maria)

... eu levava trabalho pra fazer em casa... aí, um belo dia a delegada disse assim ó, "O que não dá pra fazer aqui não dá pra fazer, amarra e bota pra trás"... Eu fiz isso, eu não levo pra casa e assim eu vou fazer hoje, o que não der pra fazer fica pra depois, pra depois, pra depois, cada coisa no seu tempo(G.F./ P.C./Sta.Maria)

É eu acho que o bom relacionamento com os colegas(G.F./ P.C./Sta.Maria)

Todas as participantes concordaram por unanimidade que a instituição policial não é aberta ao diálogo e também consideram que isto poderia melhorar a qualidade de vida dos policiais. Implantação de serviço de apoio à saúde mental, ginástica laboral e disponibilização de horário do expediente para realização de atividade física foram consideradas como melhorias que a instituição poderia oferecer. Houve comparação da Polícia Civil com as Polícias Federal e Militar, onde as duas últimas possuem horário para atividades físicas dentro do horário de trabalho.

Primeiro se preocupando com a saúde mental ...Se tivesse apoio implantado...atendimento pra saúde mental...em cada cidade. Não lá em Porto Alegre, que jeito, de onde é que tu vai tirar dinheiro pra ir toda semana lá em Porto Alegre? (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Isso, a Brigada tem o físico né? (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Alguma coisa nesse sentido, aí quem quer faz, quem não quer não faz. Mas quem fizesse, sei lá, uma prova de corrida ou de atletismo, ganha ponto pra promoção. Isso seria ótimo né? Porque que não pensam numa coisa dessas ;né? (G.F./ P.C./Sta.Maria)

O grupo foi finalizado com relatos sobre histórias marcantes na experiência profissional das participantes. Algumas das falas trouxeram os aspectos emocionais gerados pelas histórias que despertaram sentimentos de compaixão e de importância em relação as pessoas envolvidas nos casos atendidos. A tragédia da Boate Kiss retorna na primeira fala.

Há a Kiss, isso eu nunca vou esquecer, quando eu cheguei naquela porta daquele ginásio eu vi aquilo ali dentro, parece que me deram um soco aqui dentro (gesto), eu pensei “eu tenho que sair daqui, mas eu digo, não eu não posso sair daqui né, eu tenho que trabalhar, tenho que ajudar essas pessoas né, essas famílias”, as famílias , e ali nós passamos, passou o dia que ninguém viu nada ali, quando a gente viu era uma hora da manhã e nós tava todo mundo lá dentro ainda, trabalhando, correndo que nem uns loucos. (G.F./ P.C./Sta.Maria)

E um fato assim que eu recém tinha entrado pra polícia que marquei na memória foi o caso da esquartejada lá de Camobi...Esse aí foi triste, não eu dentro da casa da mulher e aquele cheiro foi quando foi encontrado o couro da mulher lá e aí, tá eu digo, foi, então foi um caso que me marcou a gente recolhendo aquelas sacolinhas com os

pedaços da mulher...Então esse foi um fato que eu vou levar pro resto da vida, fora esse da Kiss né... (G.F./ P.C./Sta.Maria)

A gente é normal, a gente tem essa preocupação de acolher né as vítimas... de uma forma de consolar, tentar minimizar a dor, a gente tem essa preocupação né, e o fato que eu lembro é o da menina aquela ... da criança assassinada né, estuprada e assassinada e depois a gente foi fazer o local né, o primo,...a mulher do cara era prima da menina e a menina foi passear lá e ele estuprou e, e largou ela na sanga assim nos fundos da casa dele, largou ela assim (gesto) (G.F./ P.C./Sta.Maria)

Percebe-se que as falas das experiências citadas acima voltam novamente ao sofrimento psíquico associado aos grupos vulneráveis. Também reportam a situações de barbáries que são inconcebíveis de serem praticadas por seres humanos.

Essas falas confirmam que lidar com determinados tipos de público marcam profundamente a vida dessas profissionais da segurança pública.

Souza (2007, p. 105) elabora de forma bastante clara o que é transmitido através dessas falas:

A intensificação da violência exige políticas mais eficazes de segurança pública, acarretando uma sobrecarga física e emocional para os profissionais desse setor. As precárias condições de trabalho interferem no desempenho desses profissionais, que, além de lidarem com pressões da sociedade por um policiamento eficiente, afetam sua saúde, geram desgaste, insatisfação e provocam estresse e sofrimento psíquico. O policial civil lida com riscos reais e imaginários que são próprios da profissão, os quais geram estresse e sofrimento.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conteúdo obtido veio ao encontro de muitos assuntos já mencionados na produção literária existente como o estresse, sintomas psicossomáticos, sentimento de impotência, dificuldade em manter as emoções em equilíbrio, excesso de trabalho, falta de pessoal e de estrutura no local de trabalho, entre outros. Todos esses fatores, de forma individual ou em conjunto, podem de alguma forma comprometer a qualidade de vida dessas profissionais.

Dentre os autores que já possuem estudos nesse sentido podem ser citados Minayo et al (2008), Lipp et al (2017), Andrade (2009), Queiros, Passos e Rosa (2015) e Souza (2007).

Cabe salientar as questões levantadas sobre gestão interna dentro das Delegacias e em cujo material dialogado não foi encontrado o aporte esperado.

Desta forma o fator “má gestão” e sua influência negativa na qualidade de vida das policiais merece aprofundamento em estudos futuros.

A ausência do público masculino no grupo focal trouxe alguma modificação ao viés dessa pesquisa que foi projetada sem a diferenciação de gênero. Talvez por este fato, surgiram muitas falas sobre questões hierárquicas e de gênero, as quais possuem pequena representação na literatura existente.

Nesse contexto, coube abordar essas questões de forma mais minuciosa, uma vez que são temas relevantes em nossa sociedade e que, dentro da instituição policial, podem influenciar o trabalho diário e refletir negativamente na qualidade de vida dos profissionais e, em particular os do sexo feminino.

A questão do gênero veio junto a questão da hierarquia e levou as relações de poder. Com isso foi possível chegar ao entendimento de que a mulher policial, além das questões estressantes inerentes ao trabalho e as condições estruturais, tem ainda que lidar com o estresse adicional relacionado às desigualdades de gênero no âmbito profissional. Tais desigualdades foram construídas historicamente e ainda persistem em nossa sociedade e tornam-se mais um fator a prejudicar a qualidade de vida destas trabalhadoras.

No desenrolar das discussões surgiram algumas ideias bastante plausíveis de serem efetuadas para dirimir alguns problemas e outras que exigiriam a participação direta da Instituição Policial.

A respeito da estrutura física de alguns prédios onde funcionam as delegacias apresentam precárias condições e dificultam as atividades diárias das policiais, gerando um estresse que poderia ser resolvido com o diálogo com os proprietários a fim de que fossem efetuadas as reformas necessárias ou mesmo com a mudança para um local mais apropriada.

Outras sugestões para a melhora da qualidade de vida dos policiais foram a introdução de atividades físicas em horário do expediente de trabalho, uma vez que o cuidado com o corpo é essencial para o bom desempenho das atividades laborais. Essa questão levou em conta o fato de instituições coirmãs, como a Brigada Militar e a Polícia Federal, disponibilizarem horário de expediente para a realização de atividades físicas. Uma forma de atender a essa necessidade seria elaborar um projeto detalhado, com amparo jurídico, comprovando a real necessidade dessa prática e apresentá-lo a Instituição.

Sobre o equipamento de proteção inadequado fornecido pelo Estado convém a abertura de um diálogo mais fundamentado com a instituição, mostrando a relevância do uso do material adequado, tanto para os policiais quanto para a instituição, uma vez que pode evitar sérios acidentes de trabalho que venham a atingir não somente o policial mal equipado, quanto as pessoas envolvidas na atividade policial realizada.

Uma questão que foi levantada e elaborada durante o desenrolar das falas foi a necessidade premente das policiais em conversar com seus pares sobre atividades marcantes emocionalmente em seus cotidianos de trabalho, inclusive uma das participantes colocando que gostaria de ter um lugar para “desabafar”.

Para atender a essa necessidade é proposta uma atividade terapêutica grupal onde seriam feitas trocas de experiências e exposição de sentimentos e ansiedades em relação ao trabalho, visando o fortalecimento emocional e em consequência melhora da qualidade de vida desses sujeitos. Essa atividade pode ser planejada por um Terapeuta Ocupacional ou um Psicólogo.

Sobre o sentido terapêutico e a potencialidade da atividade grupal em terapia ocupacional, Samea (2008) nos traz que:

O espaço grupal possibilita o contato e o reconhecimento do *próprio fazer*, seus limites e facilidades; a observação do fazer do outros, a percepção de semelhanças e contrastes, e a potencialização do *fazer junto*. Nessa travessia, as múltiplas identificações e fantasias que entram em cena nos processos de internalização conferem ao espaço grupal um contínuo movimento, um permanente interjogo, um efeito *motor*, no sentido de provocar e potencializar transformações.

Concluiu-se que os objetivos desse trabalho foram alcançados junto aos policiais civis de Santa Maria-RS, uma vez que foram identificados e analisados temas referentes a desgastes físicos e psíquicos gerados pelo trabalho; a influência de suas experiências de trabalho no cotidiano e se procuram preservar sua saúde e melhorar sua qualidade de vida.

Todos esses fatores analisados, tem grande influência na qualidade de vida dos policiais civis.

Em cima dessa análise foi possível elaborar razoáveis soluções que poderão ser implantadas e chegar ao objetivo intrínseco a este trabalho que é a melhora da qualidade de vida dos policiais civis de Santa Maria-RS, e quiçá estender aos policiais civis de todo o Estado.

Muitas outras necessidades dos policiais precisam ainda ser analisadas a fim de serem elaboradas possíveis soluções. Para que isso ocorra, é importante que a Instituição Policial compreenda que os principais atores de toda a atividade policial são os próprios policiais, e que todas as ações no sentido de melhora de suas qualidades de vida devem partir dos próprios.

Esperasse que a realização do grupo tenha permitido uma boa reflexão à cerca da qualidade de vida dos policiais civis de Santa Maria-RS, e que o material elaborado possa gerar benefícios na promoção da qualidade de vida desses profissionais da segurança pública, retratando-se em última análise na qualidade do serviço prestado à população.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, E.R., SOUSA, E.R. e MINAYO, M.C.S. **Intervenção visando a auto-estima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro.** Ciênc. Saúde Coletiva (online), 2009, vol 14, n.1, pp. 275-285.

AYRES, J.R.C.M. **Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde.** Ciência & Saúde Coletiva, 6(1):63-72, 2001.

BITTAR, D.B. e NAKANO, M.A.S., Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2011 Jan-Mar; 20(1): 17:17-24)

BROWN, J. & FIELDING, J. **Qualitative differences in men and women police officers' experience of occupational stress** *Work & Stress*, 7:4, 327-340, DOI: 10.1080/02678379308257072 To link to this article: <http://dx.doi.org/10.1080/02678379308257072>

BRANT, L C, MINAYO – GOMEZ, C. **A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho.** Ciência & Saúde Coletiva, 9(1):213-223, 2004

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL : **texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legisla

DA ROSA, E.T., **Divisão sexual do trabalho: a dupla jornada de trabalho e a desvalorização da mão de obra feminina.** Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica. Projeto de pesquisa livre realizado no Curso de Graduação de Direito na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). 2017.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social.** 7ª ed. Ed. FGV, Rio de Janeiro-RJ.1999

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** 5. ed. Aseximpliada. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DERENUSSON, F.C. e JABLONSKI, B., **Sob fogo cruzado: o impacto do trabalho policial militar sobre a família do policial.** Periódicos em Psicologia-Aletheia 32, p.22-37, maio/ago. 2010.

DESLANDES, S.F. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FERREIRA, M.C. **Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero.** Temas em Psicologia da SBP—2004, Vol. 12, no 21, 119– 126

FERRER, A.L. **Sofrimento psíquico dos trabalhadores inseridos nos Centros de Atenção Psicossocial: entre o prazer e a dor de lidar com a loucura.** Mestrado. Campinas: Departamento de Medicina Preventiva e Social/FCM/Unicamp, 2007.

FLECK, M.P.A. et al. **Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref"**. Rev. Saúde Pública vol. 34 n.2 São Paulo Apr. 2000.

FLECK M. P. A. et al. **Associação entre sintomas depressivos e funcionamento social em cuidados primários à saúde.** *Revista de Saúde Pública*, 36 (4), 431-438.2002.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa quantitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDBAUM, M., **Qualidade de vida e saúde: além das condições de vida e saúde.** *Ciência & Saúde Coletiva*, vol.5 no. 1, Rio de Janeiro, 2000

GONDIM, S.M.G. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos.** *Paidéia (Ribeirão Preto)* vol.12 no.24 Ribeirão Preto 2002

LANCMAN, Selma. **Saúde, Trabalho e Terapia Ocupacional.** São Paulo: Roca, 2004.

LANCMAN, S. e UCHIDA, S. **Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho.** *Cad.psicol.soc.trab.v.6*, São Paulo, dez. 2003.

- LAWN, C. **Compreender Gadamer**. Editora Vozes, 2006, Petrópolis, RJ.
- LEAL, M.L.J. BORTOLI, R. **Qualidade de vida em policiais militares**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 16, Nº 164, Enero de 2012.
- LIMA, R.S; BUENO, S. e MINGARDI, G., **Estado, polícias e segurança pública no Brasil**. Revista direito GV/São Paulo/vol.12 n.1/49-85/jan-abr, 2016.
- LIPP, M.E. et al. **Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: sintomas mais frequentes**. Rev. Psicol., Organ. Trab. vol.17 no.1 Brasília mar. 2017
- LOURO, G.C., **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista** Petrópolis, RJ: Vozes,1997.
- MACHADO C.E., TRAESEL E.S., MERLO, A.R.C. **Profissionais da Brigada Militar: vivências do cotidiano e subjetividade**. PsicolArgum. 2015 abr./jun., 33(81), 238-257
- MASSUDA, E.M; FAVORETTO, C.K. **Índice de qualidade de vida: aspectos objetivos e subjetivos. Artigo**. Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas v. 15, n. 2, jul./dez. 2010, p. 405-408
- MELATI e LIMA, in **Políticas Públicas no Estado do Paraná: resumos de propostas e P769 projetos**. Org. PEIXE, C.S. – Cascavel: EDUNOESTE, 2010, cap. IV Segurança Pública, Melati e Lima, p. 481,482.
- MINAYO, M.C. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1) :7-18, 2000.
- MINAYO, M.C., ADORNO, S. **Risco e (in) segurança na missão policial – Ciência e Saúde Coletiva**, 18(3):585-593, 2013
- MINAYO, M.C.; SOUZA E.R. (Org). **Missão Investigar: Entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Grammond, 2003.
- MINAYO, M.C, ASSIS, S.G e OLIVEIRA, R.V.C. **O Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro** (RJ, Brasil) *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(4):2199-2209, 2011.

MINAYO, M.C. (coord.); SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. **Missão Prevenir e Proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008. 328 pp. ISBN: 978-85-7541-161-2

MIRANDA, L *et al.* **Dos grupos focais aos grupos focais narrativos: uma descoberta no caminho da pesquisa.** In: Onocko Campos *et al* (orgs). **Pesquisa avaliativa em saúde mental: desenho participativo e efeitos de narratividade.** São Paulo: Hucitec, p.249-277. 2008.

MORAES, L. F. R. et al. **Implicações do gênero na qualidade de vida e estresse no trabalho da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.** In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 5., 2001, Ouro Preto/ Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2001. p. 56.

PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL PARA TRABALHADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA. <http://www.rs.gov.br/conteudo/189619/rs-lanca-programa-de-saude-mental-para-trabalhadores-da-seguranca-publica>. Acesso em: 22.09.2017, 21:50 h.

QUEIROS, J.R.; PASSOS, F.; ROSA, J. **Um estudo exploratório sobre burnout e indicadores psicopatológicos em polícias.** Universidade do Porto. International Journal on Working Conditions, No.10, December 2015

SAMEA, M., **O dispositivo grupal como intervenção em reabilitação: reflexões a partir da prática em Terapia Ocupacional.** Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 85-90, maio/ago. 2008.

SANTOS, L.C. **Psicologia e profissão: neurose profissional e a atuação do psicólogo organizacional frente à questão.** Psicol. Cienc. Prof. vol. 30 no. 2 Brasília jun. 2010.

SEGRE, M., FERRAZ, F.C. **O conceito de saúde.** Rev. Saúde Pública vol. 31 no. 5 São Paulo Oct. 1997.

SOUZA, E.R. et al. **Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero.** Cadernos de saúde pública (on-line). Vol. 23, n. 1. pp. 105-114, 2007.

TAYLOR, F.W, **Princípios de administração científica**. 8.ed., São Paulo: Atlas, 1990.

TRAD, L.A.B. **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde**. Physis vol. 19 no.3, Rio de Janeiro, 2009.

TURATO, E.R., **Métodos Qualitativos e Quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa**. Rev Saúde Pública 2005; 39(3): 507-14.

TURTE-CAVADINHA, S.L., **Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares** – Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da USP; 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Manual de dissertações e teses da UFSM: estrutura e apresentação**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2017.

VEIGA & GONDIM (2201)Veiga, L. & Gondim, S.M.G. (2001). **A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político**. *Opinião Pública*. 2(1), 1-15

WAGNER, L.C.; STANKIEVICH, R.A.P; PEDROSO F. **Saúde mental e qualidade de vida de policiais civis da região metropolitana de Porto Alegre**. Rev Bras Med Trab.2012;10(2):64-71

APÊNDICE A

Roteiro de perguntas para o Grupo Focal:

Questões de Aquecimento:

1. O que motivou vocês a se tornarem policiais civis?
2. Vocês gostam dessa profissão?

Sobre a experiência de trabalho como policial civil:

3. Antes de entrar para a polícia vocês sabiam todas as atividades que teriam que realizar?
4. Vocês consideram o seu trabalho estressante?
5. Existem atividades que vocês realizam em seu trabalho e que lhe trazem desconforto? Quais?
6. Que situações vocês consideram mais estressante em seu trabalho?

Sobre a infraestrutura para a execução do trabalho:

7. Vocês consideram as instalações em seus locais de trabalho adequadas? Porquê?
8. Vocês possuem equipamento e mobiliário adequado para trabalhar?
9. Como vocês consideram o seu ambiente de trabalho?

Sobre a qualidade de vida:

10. O que vocês entendem por qualidade de vida?
11. Vocês conseguem desligar totalmente de seu trabalho ao voltar para casa?
12. Vocês já discutiram com alguém ou agiram de forma impensada em função de um estresse relacionado ao trabalho?
13. O que vocês costumam fazer após um dia estressante de trabalho?

Sobre a relação da qualidade de vida no trabalho:

14. Vocês tem um bom relacionamento com os colegas e a chefia?
15. Vocês temem alguma represália em função de seu trabalho?
16. Vocês acordam todos os dias motivados para ir trabalhar? Por que?
17. Vocês se sentem recompensados pela profissão que exercem?
18. Vocês estão felizes com o cargo que exercem?

19. Vocês temem que algo aconteça às suas famílias em função de seu trabalho?
20. Vocês já sofreram algum prejuízo físico ou psíquico em função de seu trabalho?
Quais?
21. Vocês desenvolveram alguma doença em função de seu trabalho ou teve sua saúde prejudicada? Como?
22. O que vocês fariam para melhorar sua qualidade de vida no trabalho?

Sobre a instituição oferecer apoio que possa garantir melhor qualidade de vida no trabalho:

23. Vocês consideram que a instituição policial poderia melhorar a qualidade de vida dos policiais? Como?
24. A instituição policial é aberta ao diálogo sobre as condições de trabalho? Por que?
25. Vocês teriam algum relato a fazer sobre uma história marcante em suas experiências profissionais?

APÊNDICE B

MINHA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL COMO POLICIAL CIVIL

Por: Mauren Bastos de Araújo, Policial Civil, Cargo atual: Comissária de Polícia Aposentada.

Pesquisar sobre a qualidade de vida de Policiais Civis foi minha primeira intenção no momento em que passei a vislumbrar a elaboração do trabalho de conclusão do curso Terapia Ocupacional.

Foi muito gratificante poder constatar que muitas das angústias que carregava durante minha atividade policial e que ainda por muitas vezes me vem a memória são muito semelhantes as ainda vivenciadas por muitas de minhas colegas.

Poder retribuir de alguma forma à Instituição que me oportunizou e continua oportunizando meu ganha pão diário, de forma a melhorar a saúde física e mental de meus colegas e com isso trazendo ganhos para suas qualidades de vida, me traz um contentamento enorme e sensação de dever cumprido.

Como não poderia deixar de ser, deixo aqui algumas de minhas experiências marcantes no decorrer de minha carreira policial.

Em 1993 eu era a única policial mulher na cidade de Alegrete-RS, cidade em que inaugurei o Posto Policial Para Mulher e onde, desde o início, vislumbrei que minha tarefa não seria fácil.

Para se ter uma ideia de como foi minha experiência inicial vou citar aqui algumas situações da época.

Alguns de meus colegas achavam que mulher era propriedade do marido e ele tinha o direito de agredi-las, então para que inventar isto de Posto Policial Para a Mulher?

O fato de eu ser mulher e estar exercendo uma profissão majoritariamente masculina me proporcionou desde o início ficar com a pior viatura, ter que aguentar

um colega dizer que colocou minhas intimações no lixo porque eram “porcarias do posto da mulher”, ir em praticamente todas as operações da Delegacia porque sempre tinha ou poderia ter uma mulher para prender e/ou revistar e ainda ouvir piadinhas do tipo “Tu não vai sentir medo?”, “Tu vai aguentar?”.

Dioturnamente tinha que aguardar a boa vontade de algum colega me acompanhar para fazer intimações ou fazer sozinha, o que ocorria na maioria das vezes. Então era eu, meu 38 e o Chevrolet Opala preto e branco com o banco do motorista amarrado com arames e um tijolo que carregava sempre dentro porque ele não segurava no freio de mão e nem nas marchas. Colete a prova de balas? Que piada! Na época devia ter um ou dois na Delegacia e só era usado por eles, “seres masculinos superiores” do Setor de Investigação Policial.

Bem, mas essa foi a profissão que escolhi, afinal já não tinha gostado do magistério e não tinha opção de ficar escolhendo, tinha que ganhar a vida.

Com o tempo os colegas e o delegado foram reconhecendo meu valor e conquistei o respeito de todos. Também começaram a ingressar mais mulheres na polícia e depois veio a Lei Maria da Penha que foi um marco aqui no Brasil em relação a coibição de Crimes de Violência Doméstica contra as mulheres.

Também fui pegando gosto por essa profissão que, embora tenha o risco à vida inerente, também proporciona grande aprendizado de vida e, no meu caso, trouxe muito reconhecimento por parte de meus superiores e um ótimo convívio com os colegas.

Hoje posso dizer que tenho orgulho de ter escolhido essa profissão cujo trabalho é tão importante para a população e que embora, nem sempre tenha o reconhecimento desejável pela sociedade, se exercida com dedicação traz muita satisfação pessoal.

Tenho inúmeros casos nos quais trabalhei e guardei sentimentos ruins e sempre tive muita vontade de compartilhar com alguém, de igual para igual, pois sentia que isso me auxiliaria a elaborar esses sentimentos de outra forma e que isso poderia ser benéfico para minha saúde mental e mesmo física. Por isso quando minha orientadora sugeriu realizar minha pesquisa através de um grupo focal, logo pensei que seria ótimo, e realmente foi.

Vou relatar dois casos bastante marcantes em minha atividade policial e que vem desta época do Posto Policial Para a Mulher de AlegreteRS.

Estava eu um dia em meu cartório quando entrou uma mulher de cerca de 50 anos de idade e logo atrás um rapaz de cerca de 25 anos de idade. A mulher queixava-se de que tinha tido terminado um relacionamento amoroso com o rapaz e este não aceitava, estando sempre a lhe perseguir indo em sua casa e em todos os locais onde ela ia e sempre lhe dizendo que “se ela não ficasse com ele não ficaria com mais ninguém”. Então mandei o rapaz sair da sala, registrei uma ocorrência policial de ameaça, tomei o depoimento da mulher e lhe mandei ir no Forum pedir uma Ordem Judicial que o impedisse de se aproximar dela. (era tudo o que se podia fazer na época). Sabia que dificilmente iriam providenciar essa Ordem para ela e, se o fizessem, iria demorar muito tempo. Enfim, o rapaz quis ir atrás mas o chamei e mandei entrar no cartório enquanto ela saiu. Tomei então o depoimento do rapaz que estava bastante nervoso, lhe disse que não deveria agir daquela forma, que era contra a lei, que se ela tivesse uma ordem judicial ele seria preso, que ele era jovem, que tinham muitas mulheres disponíveis para relacionamentos, que não deveria insistir com uma pessoa que não estava mais querendo ficar com ele...Depois que o ouvi mandei ele ficar esperando mais algum tempo na sala de espera da Delegacia e de vez em quando o observava. Em torno de duas horas depois o mandei ir embora e reafirmei de que deveria parar com a perseguição.

Passados cerca de dois dias eu chego na Delegacia de manhã e recebo um registro de ocorrência do plantão onde o jovem havia matado a mulher na casa dela, colocado seu corpo na cama de casal e se matado ao lado. Ele conseguiu uma arma emprestada com um parente.

Um outro fato do qual me lembro bem foi de uma senhora que fez vários registros de ocorrência contra o marido que era bêbado e lhe agredia física e verbalmente. Fiz Inquéritos Policiais de todos os registros e os enviei ao Forum para as devidas providências legais. Um dia esta mulher chegou na Delegacia bastante nervosa, aparentando estar desesperada, com vários machucados pelo corpo pois havia novamente sido agredida pelo marido. Novamente registrei ocorrência, lhe encaminhei para realizar o exame de corpo de delito e ela foi embora com o papel na mão.

Não me recordo se foi naquele mesmo dia ou no seguinte, essa mulher se atirou na frente de um caminhão na BR-290 tendo seu corpo sido partido ao meio.

Esses são dois casos que até hoje me lembro e sinto a impotência de não ter feito o suficiente, mesmo sabendo que fiz meu trabalho e que na época não havia Lei que desse um pouco mais de proteção à mulher, mesmo assim às vezes me recordo disso e fico incomodada.

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: O trabalho e a qualidade de vida dos policiais civis de Santa Maria-RS.

Pesquisador responsável: Prof^a Dr^a Ana Luiza Ferrer

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Terapia Ocupacional.

Telefone e endereço postal completo; (55) 32209584, Avenida Roraima, 1000, prédio 26-D, sala 4017, CEP.: 97105-970 – Santa Maria –RS

Local da coleta de dados: Dependências da UFSM.

Eu Ana Luiza Ferrer, responsável pela pesquisa “O trabalho e a qualidade de vida dos policiais civis de Santa Maria” o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende analisar, em conjunto com os policiais civis de Santa Maria-RS, a relação entre qualidade de vida e os desgastes físicos e psíquicos gerados pelo trabalho. Para tanto iremos identificar e descrever as experiências de trabalho dos policiais civis de Santa Maria-RS que possam influenciar em suas qualidades de vida; identificar e analisar como os policiais civis de Santa Maria-RS procuram preservar sua saúde e melhorar sua qualidade de vida; identificar se os policiais civis de Santa Maria-RS recebem algum tipo de apoio da Instituição policial que trate da relação saúde-trabalho.

Acreditamos que essa pesquisa é importante porque o reconhecimento da relação profissional dos policiais com sua qualidade de vida, poderá indicar pontos positivos, a serem fortalecidos e pontos negativos ou fracos que possam ser trabalhados, propiciando a produção de material que possa subsidiar futuras

propostas de ação em saúde a favor desses profissionais e, em última análise, oferecendo à população uma segurança de melhor qualidade.

Para sua realização será feito o seguinte: Serão convidados 12 policiais civis para participar de um grupo com duração de 2 a 3 horas, nas dependências de uma delegacia de polícia, com o recurso de gravação de áudio para que as falas sejam transcritas posteriormente na sua integridade. Trata-se de uma pesquisa quantitativa com o uso da técnica de grupo focal. Sua participação será fazer parte de um grupo de discussão sobre a relação entre o trabalho e a qualidade de vida dos policiais civis de Santa Maria-RS.

O material produzido será devidamente guardado sob a responsabilidade da pesquisadora por um período de cinco anos.

É possível que aconteçam alguns desconfortos e/ou constrangimentos que venham a gerar riscos relacionados a aspectos emocionais em virtude dos questionamentos realizados e da gravação em áudio.

Caso ocorra algum problema relacionado com a pesquisa e que venha a ocasionar desconforto ou risco, você terá direito à assistência gratuita que será prestada pelos pesquisadores através de encaminhamento à Unidade Básica de Saúde mais próxima do território do participante.

Os benefícios esperados são a obtenção e a análise de informações sobre a relação do trabalho e a qualidade de vida dos policiais civis de Santa Maria-RS, levantando material para futuras intervenções, tanto na área da saúde quanto na própria instituição policial, levando o resultado dessa pesquisa ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul para possíveis ações futuras que tragam benefícios a qualidade de vida dos policiais civis.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu,após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local,

ANEXO B**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Título do projeto: O trabalho e a qualidade de vida dos policiais civis de Santa Maria-RS

Pesquisador responsável: Ana Luiza Ferrer

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria

Telefone para contato: 55-32209584

Local da coleta de dados: Dependências da UFSM

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de entrevista realizada através da técnica de grupo focal, no período de junho de 2018, nas dependências da Universidade Federal de Santa Maria.

Estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 26 D, Departamento de Terapia Ocupacional, sala 4017, no gabinete da pesquisadora responsável 97105-970 - Santa Maria – RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade de Ana Luiza Ferrer. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em/...../....., com o número de registro Caae

Santa Maria, 19 de abril de 2018.

TERMO 2**AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Ao Sr. Eduardo Flores Machado

Delegado de Polícia

Responsável pela Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA)

SANTA MARIA-RS

Eu EDUARDO FLORES MACHADO, abaixo assinado, responsável pela Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA), autorizo a realização do estudo “O TRABALHO E A QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS CIVIS DE SANTA MARIA-RS “ a ser conduzido pelos pesquisadores Professora Doutora Ana Luiza Ferrer e Mauren Bastos de Araújo, acadêmica do curso de Terapia Ocupacional da UFSM.

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data

Assinatura e carimbo do responsável institucional

TERMO 3**AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

À Sr^a Débora Aparecida Dias

Delegada de Polícia

Responsável pela Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM)

SANTA MARIA-RS

Eu DÉBORA APARECIDA DIAS , abaixo assinado, responsável pela Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), autorizo a realização do estudo “O TRABALHO E A QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS CIVIS DE SANTA MARIA-RS “ a ser conduzido pelos pesquisadores Professora Doutora Ana Luiza Ferrer e Mauren Bastos de Araújo, acadêmica do curso de Terapia Ocupacional da UFSM.

Fui informada, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data

Assinatura e carimbo do responsável institucional

TERMO 4**AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

À Sr^a Luiza Santos Sousa

Delegada de Polícia

Responsável pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA)

SANTA MARIA-RS

Eu LUIZA SANTOS SOUSA, abaixo assinado, responsável pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) Santa Maria, autorizo a realização do estudo “O TRABALHO E A QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS CIVIS DE SANTA MARIA-RS “ a ser conduzido pelos pesquisadores Professora Doutora Ana Luiza Ferrer e Mauren Bastos de Araújo, acadêmica do curso de Terapia Ocupacional da UFSM.

Fui informada, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data

Assinatura e carimbo do responsável institucional

TERMO 5**AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Ao Sr. Gabriel Zanella

Delegado de Polícia

Responsável pela Delegacia de Polícia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DPHPP)

SANTA MARIA-RS

Eu GABRIEL ZANELLA, abaixo assinado, responsável pela Delegacia de Polícia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DPHPP), autorizo a realização do estudo “O TRABALHO E A QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS CIVIS DE SANTA MARIA-RS “ a ser conduzido pelos pesquisadores Professora Doutora Ana Luiza Ferrer e Mauren Bastos de Araújo, acadêmica do curso de Terapia Ocupacional da UFSM.

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data

Assinatura e carimbo do responsável institucional

TERMO 6**AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

À Sr^a Alessandra Padula

Delegada de Polícia

Responsável pela Delegacia Especializada em Furtos, Roubos, Entorpecentes e Capturas (DEFREC)

SANTA MARIA-RS

Eu ALESSANDRA PADULA, abaixo assinado, responsável pela Delegacia Especializada em Furtos, Roubos, Entorpecentes e Capturas (DEFREC) Santa Maria, autorizo a realização do estudo “O TRABALHO E A QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS CIVIS DE SANTA MARIA-RS “ a ser conduzido pelos pesquisadores Professora Doutora Ana Luiza Ferrer e Mauren Bastos de Araújo, acadêmica do curso de Terapia Ocupacional da UFSM.

Fui informada, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data

Assinatura e carimbo do responsável institucional